



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

INSTITUTO DE ECONOMIA

**AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA
PATRIARCAL NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL:
UM OLHAR DE LONGA DURAÇÃO SOBRE A MULHER
NEGRA (1500-2020)**

Pietra Montovani Oliveira

Discente

Milena Fernandes de Oliveira

Orientadora

CAMPINAS

2021

PIETRA MONTOVANI OLIVEIRA

**AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA
PATRIARCAL NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL:
UM OLHAR DE LONGA DURAÇÃO SOBRE A MULHER
NEGRA (1500-2020)**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas, como
parte dos requisitos exigidos para a
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas, sob a orientação da Professora
Doutora Milena Fernandes de Oliveira.

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

Oliveira, Pietra Montovani, 1996-
Ol43m As múltiplas dimensões da violência patriarcal na formação econômica do
Brasil : um olhar de longa duração sobre a mulher negra (1500-2020) / Pietra
Montovani Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Milena Fernandes de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Economia.

1. Patriarcado. 2. Gênero. 3. Violência. 4. Negras. 5. Necropolítica. I. Oliveira,
Milena Fernandes de, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Marilane Oliveira Teixeira

Data de entrega do trabalho definitivo: 11-01-2021

AGRADECIMENTOS

À equipe da Secretaria de Graduação, em especial ao Eduardo Rodrigues e ao Regis Silva que durante todo esse processo estiveram presentes e foram sempre muito solícitos durante toda a graduação.

Ao time de handebol por ter sido minha melhor companhia durante todo esse tempo, onde encontrei grandes amizades e que tenho muito orgulho de tudo que construímos juntas.

Ao time de futsal que me acolheu e se tornou uma das minhas atividades favoritas, com pessoas que quero sempre levar comigo.

À República Faixa de Gatas onde construímos uma família, amizades que marcaram os melhores anos da minha vida.

A todas as amizades que fiz ao longo da minha vida universitária que tornaram os dias mais leves e os anos melhores.

À minha família por todo apoio, não só durante a graduação, mas durante toda minha vida.

RESUMO

Por meio do presente trabalho buscou-se mostrar as formas que o patriarcalismo persiste de forma violenta na sociedade brasileira e incide sobre a mulher negra, operando em conjunto com a discriminação racial e com a desigualdade de renda. Primeiro buscamos apoio na formação econômica do Brasil e no papel da família patriarcal para compreendermos as relações de gênero. Depois buscamos na estrutura escravocrata da economia colonial as estruturas das relações de raça, por fim, na dinâmica da sociedade capitalista as determinações para sua posição no sistema de classes. Além disso, utilizamos o conceito de necropolítica como método de compreensão da violência contra a mulher negra atualmente, uma vez que a violência atravessa sua existência, mas de maneira diferente ao longo do tempo. Por fim, mostraremos como a crise do coronavírus torna evidente as discriminações de gênero e de raça e a violência que acompanha a trajetória da mulher negra na sociedade brasileira.

Palavras chave: Patriarcalismo; escravidão; violência; mulheres negras; necropolítica; gênero; raça.

ABSTRACT

Through this work we tried to show the ways that patriarchy persists violently in Brazilian society and affects black women, operating in conjunction with racial discrimination and income inequality. First, we seek support in Brazil's economic formation and in the role of the patriarchal family in understanding gender relations. Then we looked in the colonial economy's slave structure for the structures of race relations, finally, in the dynamics of capitalist society, the determinations for its position in the class system. In addition, we use the concept of necropolitics as a method of understanding violence against black women today, since violence runs through its existence, but in a different way over time. Finally, we will show how the coronavirus crisis makes evident the discrimination of gender and race and the violence that accompanies the trajectory of black women in Brazilian society.

Keywords: Patriarchy; slavery; violence; black women; necropolitics; gender; race.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Marc Ferrez. Quitandeiras. 1875. Fonte: Coleção Gilberto Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles	26
Figura 2: Modesto Brocos. A redenção de Cam. 1895. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural, Acervo Museu Nacional de Belas Artes.....	28
Figura 3: Lucílio de Albuquerque. Mãe Preta. 1912. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural, Acervo Museu de Belas Artes (Salvador, BA).....	29
Figura 4: Albert Henschel. Mulher de turbante. 1870. Fonte: Acervo IMS.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1–Taxa anual de homicídios de mulheres no Brasil por raça (2008-2018).....	54
Gráfico 2- Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais, por sexo (%) 2012-2020	56
Gráfico 3- Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais, por cor ou raça (%) 2012-2020.....	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: A MULHER NEGRA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO.....	13
1.1 A mulher negra e a formação colonial patriarcal	16
1.2 A mulher negra na transição do trabalho escravo ao livre: realidades e representações.....	21
1.3 A mulher negra e o matriarcado da miséria na consolidação do capitalismo brasileiro	34
CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A MULHER NEGRA	43
2.1 Racismo e acumulação capitalista no Brasil: os impactos da ideologia racial brasileira sobre a mulher negra.....	44
2.2 Redemocratização sem plena inclusão: a ausência da mulher negra das pautas feministas nos movimentos dos anos 80	48
2.3 A mulher negra e o desenvolvimento capitalista no Brasil: uma reflexão à luz do conceito de necropolítica	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho descreve as discriminações sofridas pela mulher negra ao longo da formação da economia brasileira. Em um primeiro momento como objeto escravizado e base do sistema econômico colonial e em um segundo momento como recém liberta no contexto de desenvolvimento capitalista brasileiro.

O estudo terá por apoio a formação econômica do Brasil desde os tempos coloniais para ajudar a compreender a constituição da família patriarcal e suas implicações sobre as relações de gênero. Além da compreensão da utilização da mão de obra escrava como base da economia colonial e suas implicações sobre as relações de raça.

Da economia colonial temos a base, a agricultura; as condições, a sociedade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão e, dessa forma, a constituição da sociedade colonial brasileira: agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição. (FREYRE, 2006)

Da formação colonial brasileira compreendemos a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como uma economia colonial dependente servindo aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu (SAFFIOTI, 2013). Portanto, passamos a entender como as mudanças no centro de dominância do sistema capitalista mundial articulam suas relações com as economias dependentes. E a partir disso, entendemos a escravidão como um fenômeno mundial, assim como a sua abolição.

“A abolição da escravatura no Brasil há que ser vista, pois, dentro do quadro histórico internacional no qual nasceu e evoluiu o escravismo moderno e, portanto, nas relações contraditórias que durante três séculos e meio de utilização da força de trabalho escrava na economia dependente aqui estabelecida, se verificaram quer no plano externo quer no plano interno.” (SAFFIOTI, 2013, p.215)

Dentro do quadro histórico que se refere a autora, a escravidão se altera assim como a economia mundial. A passagem para o capitalismo industrial realizada pela Inglaterra e as reconfigurações do mercado mundial exigiram de algumas áreas escravistas, como o Brasil, o aumento da produtividade do trabalho escravo nas

plantações de café (SALLES, 2013), alterações que configuraram a segunda escravidão do século XIX.

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre é acompanhada por mudanças nas estruturas sociais, o equilíbrio entre os brancos do sobrado e os pretos, cablocos e pardos livres dos mucambos não seria o mesmo que entre os brancos das velhas casa-grandes e os negros das senzalas. Com a urbanização é verdade que ao mesmo tempo que se acentuaram os antagonismos tornavam-se maiores as oportunidades de ascensão social para escravos e filhos de escravos. (FREYRE, 2004)

Nesse momento surgem os trabalhos nas cidades e as mulheres negras atuam principalmente como vendedoras ambulantes e quitandeiras. Além da população negra alforriada, que vai crescendo ao longo da segunda metade do século XIX, o Brasil recebia nos centros urbanos grande quantidade de imigrantes.

Após a abolição da escravidão, em 1888, não houve qualquer política de inserção da população negra no mercado de trabalho ou sua integração à sociedade, a elite cafeeira que estava em ascensão utilizava mão de obra imigrante e a população negra recém liberta tornou dona de si. Essas facetas da situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram à abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel (FERNANDES, 2008)

A consolidação do capitalismo brasileiro centrado na figura do empresário do café e do imigrante (FERNANDES, 2008) situa a mulher negra à margem do sistema econômico e em conjunto com as opressões de gênero e de raça, agem sobre ela a pobreza. Como chefes de família, essas mulheres negras configuram o que será chamado de matriarcado da miséria.

“Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão.” (GONZALEZ, 1979, p.97)

Segundo a autora, a mulher negra no Brasil é vítima de três formas de discriminação determinadas pelas relações de raça, de gênero e pela desigualdade social, como consequência da distribuição de renda desigual do sistema capitalista

Saffioti contribui para esse debate, com o que ela chama de nó em que classe social, gênero e raça se engendram por todas serem consideradas como eixos estruturantes da nossa sociedade. Não é possível ter pela compreensão da posição da mulher negra levando em consideração apenas a estrutura patriarcal.

É necessário levar em conta todas as estruturas que se farão presentes na vida de cada mulher de forma específica, podendo cada uma delas ser mais potencializada do que a outra, mas uma análise que não leva em conta a triplicidade das discriminações está incompleta.

“Efetivamente, o sujeito, constituído em gênero, classe, raça/etnia, não apresenta homogeneidade. Dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira.” (SAFFIOTI, 2015, p.83)

Vale também lembrar que não é uma questão de soma de opressões, mas uma convergência e, como a autora utiliza, um engendramento, por isso formando um nó e não um grande bloco somado de opressões e discriminações. Por isso as experiências não são homogêneas e se articulam de diversas formas.

“O nó formado por essas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão [...]. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa.” (SAFFIOTI, 2015, p.122)

Na tentativa de compreender a tripla discriminação sofrida pela mulher negra, um tema que transpassa todo o estudo é a violência em suas diversas formas. A violência da conquista da colônia, a violência de uma sociedade da sifilização (FREYRE, 2006) e a violência econômica descrita por Maria Carolina de Jesus. O que todas essas violências têm em comum é o objeto, o corpo negro.

A compreensão da dominação da América e da África por meio da criação do conceito de raça, delineando toda a estrutura da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) e posicionando em locais opostos os brancos dos não brancos nos leva a compreender a manutenção das estruturas racistas na sociedade contemporânea.

A ideia de que o desenvolvimento do capitalismo articulado ao Estado soberano exerce, sobre alguns territórios, o direito de decidir quais corpos morrem e quais sobrevivem, em uma política baseada na discriminação racial nos auxilia na compreensão da necropolítica (MBEMBE, 2018) que se exerce na crise do coronavírus sobre os corpos negros.

No processo de constituição do capitalismo no Brasil uma série de desigualdades foram reiteradas, dentre elas, a mulher negra foi quem mais perdeu na escala social. Em primeiro lugar pela condição racial e em segundo lugar pela condição de gênero.

Mesmo com as modificações econômicas, a estrutura da sociedade brasileira manteve a discriminação de gênero e a discriminação racial, uma vez que a sociedade brasileira se mantém sob a égide do patriarcalismo e atravessada pelo racismo, nas estruturas de poder citadas anteriormente.

As telenovelas são importantes veículos midiáticos que exercem o papel de mantenedoras dos estereótipos da população negra em geral e da mulher negra em específico. No documentário “A negação do Brasil” que aborda a participação dos negros e negras e os papéis desempenhados nas telenovelas ao longo do século XX conseguimos compreender qual imagem foi criada sobre a população negra.

Logo no começo do documentário é mostrado o sucesso da telenovela “O direito de nascer”, estreada em 1964, em que dois atores se destacaram, Maria Isaura Bruno interpretando Mamãe Dolores e Amilton Fernandes interpretando Albertinho Limonta, o galã da trama.

Maria Isaura Bruno desempenhava o papel comumente atribuído às mulheres negras: a mãe-preta, que cuidava do filho branco e por ele criava um vínculo de amor e pela patroa, cultivava um vínculo de lealdade. O papel desempenhado pela atriz dava respaldo ao mito da democracia racial, ou seja, de que as diferentes raças sempre conviveram de forma pacífica. Apesar de todo o sucesso com a novela, a atriz morreu vendendo doces nas ruas de Campinas, vítima de um ataque cardíaco.

Outras vezes, quando o enredo da trama retratava a escravidão no Brasil, o processo de libertação ocorria devido ao esforço do homem branco, diminuindo o contexto de luta política e resistência da população negra no processo de abolição.

Na edição de “Escrava Isaura” de 1976 a atriz que interpretou Isaura era uma mulher branca. No documentário o diretor da novela justifica sua escolha com a falta de preparação das atrizes negras da época, mesmo que em 1944 tenha sido fundado o Teatro Experimental do Negro.

Todas essas situações descritas pelo documentário sobre o papel da teledramaturgia brasileira na criação de ideais da população negra. Seja como seres passíveis de serem escravizados, ou pela sua postura de aceitação e lealdade aos padrões ou ainda na figura da mãe-preta que norteiam ainda hoje as concepções sobre a mulher negra.

CAPÍTULO 1: A MULHER NEGRA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO

O processo de formação econômica brasileira é o encontro entre os povos nativos, a população negra e os portugueses que conquistaram a colônia americana. Mas mais do que isso, é o encontro entre o tráfico negreiro internacional, as expansões ultramarinas europeias em um novo continente, o americano.

A conquista do continente americano no século XVI, pela coroa portuguesa, é um capítulo da expansão do capitalismo mercantil europeu, caracterizado pelo desenvolvimento do comércio ultramarino e do exclusivismo metropolitano.

As instalações feitas para a exploração colonial, com base na agricultura de grandes latifúndios monocultores e utilizando mão-de-obra escrava, terão sua produção voltada para a exportação e viabilizada pelo comércio internacional das grandes navegações.

Para Caio Prado Jr. esse é o sentido da colonização brasileira, estabelecer a exploração do território americano em que o produto final era a exportação da produção e a lucratividade por parte da metrópole, Portugal.

“Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto” (PRADO Jr., 2011,p.31)

Sendo a essência da nossa formação econômica a produção de itens agrícolas para o comércio europeu, toda a estrutura colonial foi montada com esse propósito e a economia brasileira foi determinada pelos interesses da burguesia portuguesa, classe responsável pelas expedições ultramarinas.

O Brasil colonial se insere na economia mundial do século XVI pelas determinações do comércio europeu e não por determinações internas. Funcionava como uma parte essencial do desenvolvimento capitalista, mas não capaz de autodeterminação.

O imperialismo europeu do século XVI funda uma divisão internacional do trabalho imposta pelo capitalismo comercial e que posiciona as colônias americanas de

um lado e as potências imperialistas europeias de outro. Ambas fazem parte de um mesmo sistema econômico mundial, mas as colônias são dependentes de decisões e capital originários da Europa. Ou seja, as colônias atuam como fornecedoras de produtos primários, como açúcar e tabaco, e consumidoras de produtos manufaturados, fornecidos pelos europeus dentro da lógica do capitalismo comercial.

A divisão internacional do trabalho agiu de forma determinante sobre a constituição da economia brasileira e, principalmente, sobre a sua posição no sistema econômico internacional. Posição que se perpetuou ao longo de toda a história econômica brasileira, até os dias de hoje.

“A história da economia brasileira é a história de uma constante e renovada rearticulação no sistema capitalista internacional, no qual sempre coube ao Brasil, por força da divisão do trabalho entre as nações, a posição de uma peça auxiliar da engrenagem de um sistema autopropulsor” (SAFFIOTI, 2013, p. 205)

O capitalismo ao longo do tempo passou por transformações qualitativas, como ocorreu a partir da metade do século XVIII com a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra. As mudanças refletiram nas economias dependentes, como as colônias americanas, que por sua vez, tiveram suas economias determinadas pelas novas articulações do capitalismo industrial. Por isso, são chamadas por Heleieth Saffioti de engrenagem dentro do sistema da economia internacional.

Internamente, a conquista da América pelos portugueses significou uma economia baseada na agricultura de grandes latifúndios monocultores, utilizando mão-de-obra escrava de negros traficados da África e por sua estabilidade garantida pela família patriarcal. Além disso, a sujeição da mulher índia, em um primeiro momento da conquista do território, e das mulheres negras, que trabalhavam como escravas nas plantações posteriormente estabelecidas, foram centrais para o estabelecimento do português na colônia.

“No Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico. A primeira: a utilização e o desenvolvimento da riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho, mas como elemento da formação da família” (FREYRE, 2006, p. 205)

Como mostrado por Gilberto Freyre, além dos aspectos da organização econômica na colônia e da sua estrutura nas sesmarias, a mulher se configurou como elemento essencial para consolidação do projeto de dominação português, seja por meio do trabalho ou como membro da família.

O trabalho da mulher negra como mão-de-obra escrava faz parte do sistema econômico mundial em que a colônia estava inserida, o tráfico de escravo iniciado no século XV e encerrado no século XIX foi uma das faces do comércio ultramarino europeu, em que o objeto de venda era o próprio escravo.

A escravidão nas colônias americanas inaugurou uma forma de poder sobre os corpos que marcou o surgimento do terror moderno, chamada biopolítica. O termo foi cunhado por Michel Foucault (1976) e significa a utilização do biopoder pelo Estado. Ao estabelecer a diferença entre os corpos, de forma hierárquica, o biopoder¹ como política de Estado exclui determinados corpos. Nesse sentido que a escravidão é uma forma de biopolítica, onde os corpos negros são excluídos e o racismo ganha caráter institucional.

“Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica.” (MBEMBE, 2018, p. 27)

E completa:

“Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos - a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização”.” (MBEMBE, 2018, p. 35)

A política de controle dos corpos praticada contra os povos nativos e contra a população negra escravizada nas colônias é, portanto, uma política de Estado de exclusão e inferiorização aos corpos de mulheres e homens negros.

Nesse sentido a biopolítica age no sentido de viabilizar a escravidão e a exploração dos corpos não-brancos. Na colônia, a mulher negra foi fundamental como

¹ Segundo o autor, com a evolução da medicina e da anatomia no século XVII, houve uma normatização do que era um corpo saudável. Portanto, passou a existir corpos saudáveis e corpos que tinham desvios em relação ao corpo ideal, quando essa diferença se torna norma em âmbito social, por meio da repetição e do reconhecimento dos corpos, é que podemos chamar de biopoder.

objeto de exploração econômica no campo, como objeto de exploração sexual, como escrava doméstica e como resistência da violência do sistema escravocrata instalado no Brasil.

1.1 A mulher negra e a formação colonial patriarcal

A configuração social do período colonial pode ser bem definida pela imagem criada por Gilberto Freyre da Casa Grande e da Senzala. Era nessas imensas propriedades que se estabelecia a sociabilidade colonial.

Dentro da Casa Grande, viviam o senhor de escravos com sua esposa, seus filhos e as escravas negras domésticas, chamadas de mucamas, as quais realizavam os trabalhos de limpeza, cozinha, educação dos filhos, costuravam e satisfaziam sexualmente e, de forma compulsória, seus senhores.

Era no senhor da Casa Grande a concentração do poder patriarcal, sua legitimidade era por meio do vínculo, da proximidade, do laço com sua esposa e filhos. Poder que mesmo centrado em sua imagem, era representado por toda a família patriarcal, a qual representava o poder político e social daquela sociedade.

“Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou” (FREYRE, 2006, p. 85)

Os portugueses, principais senhores, tinham poder sobre a esfera pública e sobre a esfera privada, tinham controle sobre a propriedade, sobre sua esposa e seus filhos, mas também eram representantes da política e da moral, membros da oligarquia rural.

A sociabilidade também era marcada por uma estratificação social centrada na divisão dos moradores da Casa Grande e aqueles que pertenciam às Senzalas. A mobilidade social era muito restrita, uma vez que os escravizados não eram considerados humanos, mas objetos de exploração. Mesmo assim, em alguns casos a sua liberdade poderia ser negociada.

Pode-se dizer que, nesse sentido, a sociedade colonial brasileira era uma sociedade de castas² com um caráter mais flexível e que permitia a ascensão de alguns indivíduos, mas não a de sua classe. O critério da estratificação era, principalmente, econômico: uma classe os proprietários rurais e na outra classe os escravos e escravas.

Por outro lado, a estratificação por castas não se refletia nas relações inter raciais entre os senhores brancos e as mulheres negras escravizadas, que se miscigenaram devido à sujeição das mulheres negras escravizadas aos senhores brancos.

“A maneira meramente formal por meio da qual a camada dominante resguardava seu domínio, impedindo o casamento inter racial, mas não impedindo a miscigenação, deixava transparecer que o econômico, e não o racial, era o verdadeiro fundamento da divisão da população em castas.” (SAFFIOTI, 2013, p. 234)

No trecho, a autora caracteriza de forma específica como se davam, na sociedade colonial, as relações inter raciais a manter o domínio da população branca sobre a população negra, mas que sem o caráter econômico de divisão das classes, se tornava um instrumento de formalidade.

A miscigenação é um dos aspectos importantes da formação econômica e social brasileira, como instrumento de dominação, mas também como um fator desestabilizador da ordem patriarcal. Como instrumento de dominação, Gilberto Freyre, autor responsável por dar centralidade ao papel da miscigenação da formação econômica brasileira, elucida:

“Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços” (FREYRE, 2006, p. 70)

A miscigenação foi extremamente utilizada pelos portugueses no processo de colonização, tanto como forma de sujeição das mulheres de cor e de demonstração de seu poder, mas como estratégia de povoamento, uma vez que não apresentavam volume humano para a colonização em larga escala.

Como fator desestabilizador da ordem patriarcal, a miscigenação com as mulheres negras escravizadas representava uma séria inconsistência na estratificação por

² Compreensão sobre a sociedade brasileira pouco difundida na academia. Dimensão utilizada por Florestan Fernandes no estudo da formação social brasileira: classes, estamentos e castas. Nesse sentido, a sociedade escravocrata deixa traços de uma sociedade de castas devido a cor da pele que sempre será um traço intransponível.

castas da sociedade colonial brasileira. O fato das mulheres negras desempenharem uma função no sistema produtivo e uma função sexual por si só contradiz a rigidez social.

Como escravas e parte do sistema produtivo, as mulheres negras passavam pelo processo de coisificação, ou seja, a humanidade é tomada e torna-se um instrumento de trabalho. O que também ocorre como instrumento de prazer do senhor de escravo, mas o fruto dessa relação, o seu filho, o mulato ou a mulata, confere um caráter humano e desestabilizador da estratificação por castas sob a ordem patriarcal.

“Se, por um lado, a função da negra escrava, enquanto mero instrumento de prazer sexual de seu senhor, não indica que nesta relação às partes envolvidas tenham superado o “nível primário e puramente animal do contato sexual”, por outro, o produto desta relação assume, na pessoa do mulato, a forma de um foco dinâmico de tensões sociais e culturais. A exigência de prestação de serviços sexuais, que o senhor fazia em relação à negra escrava, tornava-a, pois, simultaneamente, res e pessoa humana” (SAFFIOTI, 2013, p. 237)

Portanto, no processo de sujeição da mulher negra está a origem da erosão da ordem social vigente, o que não significa dizer que seja um processo instantâneo, mas sim um aumento lento da quantidade de população híbrida que ao mesmo tempo que era um elemento corrosivo, era também uma resposta às altas taxas de mortalidade da população escrava.

Essas relações revelam uma sociedade baseada na violência, o patriarcalismo coloca o homem branco no topo das relações de dominação, seja sobre sua esposa, seus filhos ou seus escravos e escravas. Mas é na relação entre o homem branco e a mulher negra que surgem as principais instabilidades dessa sociedade.

As consequências dos abusos sexuais praticados pelo senhor contra as escravas eram vários: primeiro a disputa entre o homem branco e o homem negro pela mulher negra, que terminava em violência do branco em relação ao negro. Segundo, em relação à mulher branca, responsável por garantir a moralidade, ela era culpada pelo mau comportamento do marido e, muitas vezes, culpava a mucama.

“Assim, não apenas homens brancos e negros se tornavam concorrentes na disputa das negras. mas também mulheres brancas e negras disputavam, mas também mulheres brancas e negras disputavam a atenção do homem branco. Evidentemente, a rivalidade entre brancas e negras não se configurava totalmente como uma competição [...] propriamente dita e, virtude dos tipos diversos de socialização recebida por brancas e por negras, representavam tanto um fator de perturbação

do sistema de trabalho, quanto da moralidade que, segundo as expectativas sociais, deveria imperar na casa-grande pelo menos no que tangia ao procedimento da mulher branca” (SAFFIOTI, 2013, p. 238)

Nesse sentido, a mulher branca sofria a pressão do sistema patriarcal de exibir um comportamento moral a serviço da manutenção da ordem social e preservando a família patriarcal. Uma das razões pelas quais as mulheres brancas, muitas vezes, tinham comportamentos violentos em relação às mulheres negras³ e agiam como cúmplices do sistema patriarcal.

A violência como norma e a miscigenação como instrumento de colonização na sociedade brasileira criaram o que Gilberto Freyre chamou de sifilização da população. No Brasil foi um processo que se iniciou junto com a miscigenação, no contato entre o europeu e as mulheres índias e se perpetuou como a miscigenação, com a sujeição das mulheres negras escravizadas.

Não só como instrumento de dominação por parte dos senhores de escravos, mas como prática de violência de seus filhos, que subjugaram mulheres e moças negras escravizadas para provarem sua masculinidade.

“Da ação da sífilis já não se poderá dizer o mesmo; que esta foi a doença por excelência das casas-grandes e das senzalas. A que o filho do senhor de engenho contraía quase brincando entre negras e mulatas ao desvirginar-se precocemente aos doze ou aos treze anos. Pouco depois dessa idade já o menino era donzelão. Ridicularizado por não ter marca de sífilis no corpo.” (FREYRE, 2006, p. 109)

Pela forma como o autor descreve, podemos perceber que a prática sexual interracial era muito comum, uma vez que a sífilis era a doença do período colonial e dessa estrutura social. A naturalização da doença e sua exaltação pelos homens do período colonial demonstra o caráter violento dessa sociedade patriarcal. O processo de sifilização como regra, confirma o poder do homem branco e a vulnerabilidade da mulher negra. O fato da doença ter sido tão disseminada - mesmo que não houvesse cura no período - ter sido valorizada e sua gravidade ter sido menosprezada, reforça o caráter sádico dos

³ “Contam-se casos de olhos arrancados de mucamas servidos à mesa, devido a elogio feito pelo senhor, seios cortados, assassinato de mucamas ordenadas pelas senhoras, etc. O certo, porém, é que isso aconteceu apenas como exceção, pois, de acordo com os valores da época, a mulher tinha de aceitar como normal o comportamento sexual irregular do marido em relação às escravas.” (MOURA, Clovis. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil . São Paulo: EDUSP, 2004, p. 282.)

senhores de dominação e sua indiferença em relação aos outros corpos que eles poderiam transmitir a doença.

O menino branco, por todo o poder e responsabilidade que herdou nessa sociedade tinha também que demonstrar seu poder sobre a mulher negra e perpetuar a violência, característica também explorada pelo autor no trecho:

“Nesse período é que sobre o filho de família escravocrata no Brasil agiam influências sociais - a sua condição de senhor cercado de escravos e animais dóceis - induzindo-o à bestialidade e ao sadismo. [...] Transformava-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários - tantas vezes manifestado no senhor de engenho quando homem feito” (FREYRE, 2006, p. 113)

Ou seja, a violência era norma e era hereditária, passada de senhor de engenho para seus filhos, como prova do poder masculino, mas também do poder da família patriarcal. Do outro lado, as vítimas de suas violências físicas e sexuais, eram as mulheres negras escravizadas, corpos marcados pela conquista, sujeição e coisificação.

A conquista de seus corpos como territórios a serem explorados no momento em que eram sequestradas e traficadas pelo oceano Atlântico, a sujeição quando eram exploradas sexualmente pelos senhores e pelos seus filhos e a coisificação no momento em que eram consideradas escravas e não mais humanas.

Para o autor, o ímpeto de dominação dos senhores e seu sadismo, explicam em grande parte a violência contra as mulheres de forma geral e contra as mulheres negras de forma específica, como uma consequência do processo econômico de formação da sociedade patriarcal.

“Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre o conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem” (FREYRE, 2006, p. 114)

A violência contra a mulher negra é um fator intrínseco ao processo de colonização da América e, conseqüentemente, no processo de formação econômica do Brasil. Os papéis desempenhados por ela durante o período colonial evidenciam o caráter patriarcal da sociedade brasileira e a submissão da mulher negra na colônia.

Mbembe dialoga com a questão da violência nas colônias, mesmo que para o autor, a violência não ocorre apenas como expressão de um patriarcado violento, mas como marca da necropolítica de um Estado racista. Mesmo assim, concorda que a violência é um sintoma dessa sociedade:

“O curso violento da vida de escravo se manifesta pela disposição de seu capataz em se comportar de forma cruel e descontrolada ou no espetáculo de sofrimento imposto ao corpo do escravo. Violência, aqui, torna-se um componente da etiqueta” (MBEMBE, 2018, p.28)

Como escravizada, a mulher negra poderia desempenhar duas funções: como escrava de eito e mucama. A escrava de eito trabalhava junto com os homens negros escravizados nos campos, desenvolvendo o trabalho agrícola nas plantações de cana-de-açúcar e, posteriormente, de café. Nas minas de ouro, era predominante a presença dos homens negros escravizados.

Como mucama, as mulheres negras escravizadas desempenhavam um papel doméstico amplo, responsabilizada a garantir o pleno funcionamento da Casa-Grande. Dentre as suas funções estavam: lavar e passar as roupas, cozinhar, limpar a casa, tecer, costurar e amamentar as crianças brancas. É por desempenharem a função de ama-de-leite que surgiu a figura da Mãe-Preta, um tipo ideal da mucama criada no século XIX.

1.2 A mulher negra na transição do trabalho escravo ao livre: realidades e representações

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil foi uma articulação de componentes políticos, econômicos e sociais. A escravidão no mundo colonial foi marcada por duas fases, a primeira foi do século XVI ao século XVIII e a segunda fase se desenvolveu ao longo do século XIX.

A primeira fase, como foi tratada anteriormente, estava inserida em um contexto de expansão mercantilista das potências europeias, as quais financiavam o intenso tráfico de escravos, enquanto na colônia se desenvolvia uma economia agrária, utilizando mão-de-obra escrava e sob as ordens de uma estrutura patriarcal.

A segunda fase da escravidão se insere em um contexto de industrialização inglês em que se desenvolveram novas relações de trabalho a nível global. Significa dizer que o desenvolvimento manufatureiro da Inglaterra exigia uma quantidade de matéria-prima sem precedentes na história da humanidade e que surgia, com a classe operária, uma nova camada consumidora.

Além disso, as guerras napoleônicas trouxeram alguns desdobramentos para o tráfico de escravos. O Bloqueio Continental e a invasão da península ibérica, como tentativa francesa de retomar alguns controles americanos, culminou em um desmembramento entre as colônias, Brasil, Cuba e EUA, de suas metrópoles.

A posição inglesa anti escravista contra, principalmente, o tráfico de escravos somado às guerras napoleônicas, posicionou de outro lado uma Internacional Escravista, liderada pelos EUA dado à sua maior capacidade financeira de sustentar o tráfico internacional de escravos, mas aliados à Cuba e ao Brasil.

O conflito entre os EUA e a Inglaterra durante o Bloqueio Continental e a postura inglesa contra o tráfico de escravos frente aos interesses escravistas das colônias do sul dos EUA, geraram retaliações que culminaram no fortalecimento da Internacional Escravista.

“No contexto do Bloqueio Continental, as abordagens unilaterais de navios norte-americanos por vasos de guerra britânicos produziram um jogo de retaliações (embargos comerciais dos EUA À Inglaterra, a partir de 1808, e a subsequente declaração de guerra, em 1812), que instalou a retórica anti escravista no centro das relações entre os dois países e estabeleceu um precedente importante para a recusa norte-americana em colaborar na luta contra o tráfico transatlântico de escravos, vista como manifestação imperialista britânica.” (MARQUESE e PARRON, 2011, p.100)

A recusa norte-americana de contribuir com a política antiescravista combinada com elites escravocratas cubanas e brasileiras, gerou uma nova fase do tráfico internacional e da escravidão no século XIX.

O desenvolvimento da manufatura inglesa, principalmente a manufatura de tecidos, gerou um aumento intenso de algodão, importado dos EUA. Mas o desenvolvimento das manufaturas do século XIX e o surgimento dos operários como novas classes consumidoras e, mais importante, consumidoras de estimulantes naturais como açúcar e café levaram a uma nova fase da produção em Cuba e no Brasil.

Portanto, a segunda escravidão é marcada por um aumento constante da produtividade do trabalho escravo e pelo aumento no número absoluto de escravos nos latifúndios monocultores (*plantation*) das américas.

“Usualmente tomado como o século da emancipação, esse período verificou em realidade o apogeu da escravidão negra no Novo Mundo,

tanto do ponto de vista do número absoluto de escravos alocados nas *plantations* americanas, como do valor obtido da exploração do trabalho deles.” (MARQUESE e PARRON, 2011, p.99)

De forma geral, a consolidação do capitalismo é precedida por um estágio de acumulação primitiva de capital que serve como ponto de partida do modo de produção capitalista. Na Inglaterra, onde esse processo ocorreu em sua forma clássica, após um longo processo de acumulação primitiva de capital, possibilitada pela exploração econômica das colônias e combinada com o desenvolvimento de técnicas de produção, a população foi lançada no mercado de trabalho de maneira súbita e violenta, como proletários absolutamente livres⁴.

No Brasil, o processo de consolidação do capitalismo não ocorreu da mesma forma. A revolução burguesa que culminou em uma sociedade competitiva e de classes, não percorreu a mesma trajetória das sociedades europeias, mas foi uma etapa de desagregação da ordem senhorial.

“Não tivemos o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil.” (FERNANDES, 1976, p.20)

O Brasil, portanto, como parte da periferia da constituição do sistema capitalista mundial, teve suas particularidades na formação da sociedade de classes de caráter competitivo. Como pontuado anteriormente, a escravidão e o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil não significaram processos incompatíveis, uma vez que a revolução burguesa aqui não significou a passagem de uma economia escravista-capitalista para uma urbano-comercial avançada, mas sim uma revolução burguesa que consolidasse o mercado capitalista moderno e garantisse sua difusão interna. Ou seja, uma revolução que possibilitasse a expansão de um complexo comercial especificamente capitalista.

“Em tal contexto e em vista dos fins econômicos visados, a articulação simplificou as coisas, na medida em que a existência de uma grande massa de excluídos (por causa da escravidão, da inatividade forçada e da pobreza geral) permitiu converter a urbanização em um processo ultra-seletivo e concorreu para estabelecer uma ligação indireta entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo comercial dentro do

⁴ MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 (p.775, 777 e 788).

país. A articulação da economia urbano-comercial com um sistema de produção escravista deixou, assim, de ser uma desvantagem para a evolução do sistema econômico global.” (FERNANDES, 1976, p.228)

Internamente, o Brasil passava por diversas mudanças com a vinda da coroa portuguesa ao Brasil, devido às guerras napoleônicas. O século XIX, além da intensificação da produção cafeeira e do uso do trabalho escravo, foi marcado também pelo início do processo de urbanização e pela decadência do patriarcado rural.

A sociabilidade que antes era vivida e representada pela oposição da Casa Grande e da Senzala, ganhou novos elementos. Os Sobrados e os Mucambos marcaram uma nova forma da sociabilidade brasileira, mas que conservava diversos aspectos da anterior.

O sobrado como nova representação da classe dominante, com sua estrutura reduzida em relação à casa-grande, mas com sua sociabilidade ampliada e os mucambos, novas representações das senzalas, preservando a simplicidade das habitações e sua posição periférica na nova geografia das cidades brasileiras.

“A verdade, entretanto, é que a casa-grande, sob a forma de “casa-nobre” de cidade ou de sobrado antes senhoril que burguês, em contato com a rua, com as outras casas, com a matriz, com o mercado, foi diminuindo aos poucos de volume e de complexidade social. As senzalas tornando-se menores que nas casas de engenho: tornando-se “quartos para criados”. Ou “dependências”. ” (FREYRE, 2004, p.270)

A transição da casa-grande para o sobrado foi reflexo da decadência do patriarcalismo rural e da ascensão da burguesia industrial junto ao aumento da mobilidade social. A estratificação entre a família patriarcal e a população escravizada ganhou novas nuances, como um elemento médio, entre as duas principais camadas sociais.

“Com a urbanização do país, ganharam tais antagonismos uma intensidade nova; o equilíbrio entre brancos de sobrado e pretos, caboclos e pardos livres dos mucambos não seria o mesmo que entre os brancos das velhas casas-grandes e os negros das senzalas. É verdade que ao mesmo tempo que se acentuavam os antagonismos, tornavam-se maiores as oportunidades de ascensão social, nas cidades, para os escravos e para os filhos de escravos, que fossem indivíduos dotados de aptidão artística ou intelectual extraordinária ou de qualidades especiais de atração sexual. E a miscigenação, tão grande nas cidades como nas fazendas, amaciou, a seu modo, antagonismos entre os extremos. ” (FREYRE, 2004, p.270)

O aumento das oportunidades de ascensão social era caracterizado pelas novas possibilidades de trabalho que podiam ser exercidas nas cidades. As negras quitandeiras eram comuns às paisagens das principais cidades brasileiras, como Eva Maria do

Bonsucesso⁵, mulher negra alforriada vendedora de frutas e hortaliças e chefe de família, responsável pelo sustento de seus filhos.

As mulheres negras escravizadas, como escravas de ganho, eram responsáveis pela venda de frutas e hortaliças nos centros urbanos. Além de ser uma atividade lucrativa para seus senhores, era também para o Estado que recolhia impostos com seu comércio e, pelo fornecimento de diversidade alimentar para as cidades. Até os princípios do século XIX, nos quais o contexto da escravidão começa a se alterar e um contingente de negras forras adentra de maneira expressiva no pequeno comércio, a quitanda era praticada majoritariamente por escravas de ganho, empregadas pelos seus próprios senhores para vender quitandas ou alugadas por eles a terceiros para comerciar (SOARES, 1996).

O conflito entre as mulheres negras quitandeiras que ocupavam as regiões centrais da cidade do Rio de Janeiro e as autoridades públicas, conferiu a elas títulos de desordeiras, sem papas na língua, barulhentas e sem modo (FREITAS, 2016), ou seja, inserindo essas mulheres nos estereótipos de gênero e raça.

A partir da metade do século XIX com o aumento da população negra livre, aumentou também o número de comerciantes ambulantes e informais nas cidades brasileiras, como consequência da desvalorização que os trabalhos informais como serviços ambulantes apresentavam.

“Com frequência, só ele [liberto] poderia se ocupar de certos trabalhos, que eram rejeitados pelo artesão branco ou pelo branco pobre e que não podiam ser transferidos, normalmente, para o trabalhador escravo mais qualificado (senão com o risco permanente de fuga). Para se entender esse universo é preciso não esquecer que o comércio ambulante ainda no início do século XX, acarretava perda de prestígio para os que o exerciam (especialmente os portugueses ou italianos, no Rio de Janeiro ou em São Paulo). Por isso, o escravo de aluguel e principalmente o liberto, desde o início desse processo de urbanização (e mais fortemente a partir dos meados do século XIX), surgiam como categorias econômicas de relativa importância na reorganização do sistema de trabalho urbano.” (FERNANDES, 1976, p.230)

Pelo desprezo de alguns serviços, os negros e negras libertos poderiam se inserir na nova configuração do mercado de trabalho das cidades brasileiras. Outras profissões

⁵ Mulher negra alforriada e empreendedora, Eva Maria do Bonsucesso vendia frutas e legumes no Rio de Janeiro. Eva ficou famosa na história por, ainda no período da escravidão, desafiar um homem branco dono de uma cabra que havia roubado frutas e hortaliças. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/equidade/pages/pdfs/ExposicaoHeroinascomMoldura2.pdf>

que também eram exercidas pela população negra alforriada era os serviços domésticos ou serviços por aluguel, como a prostituição.

No aspecto social, as quitandeiras garantiam certa sociabilidade para as mulheres brancas dos sobrados, chamadas também de iaiá. Quando iam vender seus produtos conversavam e muitas vezes levavam recados de admiradores para as mulheres brancas que eram confinadas ao espaço doméstico.

“Mas não eram só os mascates que quebravam a rotina da vida nas casas-grandes e nos sobrados da aristocracia das cidades, levando para o interior desses quase conventos um pouco de ruído da rua e das novidades da praça. também as pretas chamadas boceteiras e as quitandeiras que iam vender bico e doces às iaiás. Diz-se que algumas dessas boceteiras traziam recados de namorados para as meninas; as mais velhas parece que se especializavam em contar em uma casa o que tinham ouvido na outra, armando as vezes intrigas e fazendo circular enredos e mexericos.” (FREYRE, 2004, p.141)



Figura 1: Marc Ferrez. Quitandeiras. 1875. Fonte: Coleção Gilberto Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles

A fotografia difunde-se no Brasil entre 1840 e 1860 e se tornou instrumento importante de documentação da realidade, mesmo sendo a fotografia nesse período sem traços de espontaneidade e muitas vezes ocorrendo em um cenário planejado. Mesmo

assim, os primeiros fotógrafos, como Marc Ferrez autor da Figura 1, dedicavam seus registros a aspectos variados da sociedade brasileira⁶.

Foi também durante o século XIX a difusão do darwinismo social⁷, conjunto de ideias relacionadas à Teoria Evolucionista de Charles Darwin, mas com aplicabilidade para a sociedade. Ou seja, criava uma pirâmide social em que no topo estavam os homens brancos europeus e na base da pirâmide estavam africanos e indígenas.

Vale também ressaltar como as ideias propagadas pelo darwinismo social se entrelaçam com o conceito de biopolítica desenvolvido anteriormente. Nesse sentido, o homem branco europeu definido como o corpo ideal e, mais do que isso, como a raça ideal posiciona a população de origem africana como corpos e raça desviantes da norma.

Além disso, a biopolítica como o exercício por parte do Estado de uma política de diferenciação e regulação sobre a vida dos indivíduos, se relaciona com a escravização da população negra e, mesmo quando libertos no fim do século, com as ideias de que a miscigenação da população brasileira era degenerativa e, portanto, deveria haver o embranquecimento da população brasileira⁸.

⁶ FOTOGRAFIA no Brasil. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3787/fotografia-no-brasil>>. Acesso em: 29 de Dez. 2020. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

⁷ O darwinismo social estava presente no Brasil desde o final dos anos 1870 e pressupunha a correlação fixa entre características biológicas, traços culturais ou sociais. Pautado numa leitura específica (e não autorizada) do livro de Darwin, o modelo ganhou, no Brasil, grandes seguidores, como Silvio Romero e Nina Rodrigues.

⁸ Tese defendida por João Baptista de Lacerda para que em três gerações o Brasil não tivesse mais a população negra e pudesse progredir como civilização.



Figura 2: Modesto Brocos. A redenção de Cam. 1895. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural, Acervo Museu Nacional de Belas Artes

A figura 2 utilizada na tese de João Baptista Lacerda para o Congresso Universal das Raças em 1911, demonstra de maneira objetiva a ideia de embranquecimento em três gerações. Ao lado esquerdo a avó negra faz um gesto de agradecimento, como se vivesse uma benção, do lado direito da imagem o homem branco com vestes típicas de um português. Além disso, a avó está descalça na terra próxima a uma palmeira, enquanto o homem está calçado pisando sobre um chão pavimentado.

No centro da imagem, está o menino branco, como resultado do milagre do embranquecimento, com os cabelos praticamente lisos e segurando uma laranja como símbolo dos trópicos, ao invés da maçã.⁹

Além de documentar a realidade, a fotografia era utilizada para composição de imagens e criação, por meio delas, de estereótipos. Quando analisamos as fotografias dos escravos e escravas, pode-se perceber para além da realidade, a mensagem que se deseja transmitir com a fotografia.

⁹ Interpretação retirada do vídeo de Lilia Schwarcz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=93f7nkbD7tY>

A imagem da mãe-preta como uma escrava leal, que cria os filhos brancos de suas senhoras com devoção enquanto seu próprio filho aguarda e é esquecido, que aparecem nas imagens com um olhar submisso e complacente.

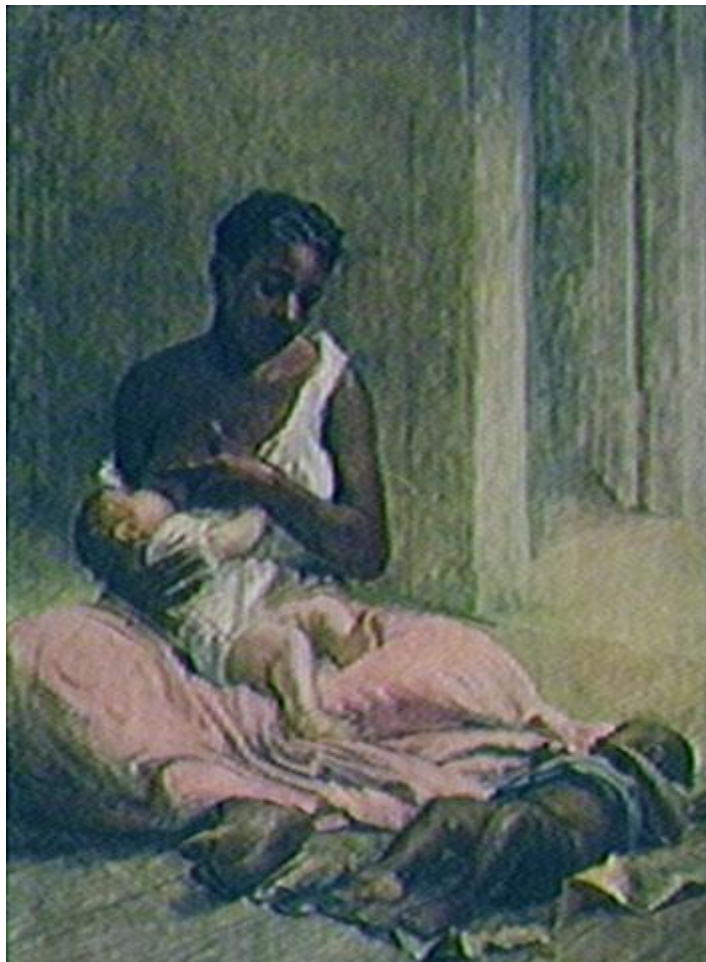


Figura 3: Lucílio de Albuquerque. Mãe Preta. 1912. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural, Acervo Museu de Belas Artes (Salvador, BA)

A ideia transmitida é que o sacrifício feito pelas mulheres negras era parte de sua dedicação e lealdade aos seus senhores, mas no século XX com a difusão das ideias higienistas e de embranquecimento, as amas de leite sofreram represálias e seu trabalho foi questionado.

“Nesse período o papel atribuído às amas de leite no Brasil estava sendo revisto, posto que noções higienistas e eugênicas também faziam parte do discurso da época. Essas defendiam a importância do aleitamento materno, o que significava defender que este fosse feito pelas próprias mães, e não terceirizado para as escravas. A tela foi realizada no período pós-abolição, portanto essa mulher certamente é uma mulher livre, ou seja, ex-escrava.” (NOGUEIRA, 2016, p.114)

Com o fim da escravidão, ser ama de leite e quitandeira eram algumas das opções de trabalho para as mulheres negras. Enquanto ama de leite, as mulheres negras eram responsáveis por tudo que permeia a primeira infância das crianças brancas. Durante o século XIX a imagem de docilidade e devoção das amas de leite, foi muito difundida, atualmente movimentos feministas negros tentam desconstruir esses estereótipos, de que as mulheres negras aceitavam de maneira passiva a escravidão.

“Vale notar que tanto a “Mãe Preta” quanto o “Pai João” têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil. Representariam o negro acomodado que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu segundo a maneira cristã, oferecendo a outra face ao inimigo” (GONZÁLEZ, 2016, p.405)

O debate sobre a representação da população negra de forma geral e da mulher negra de forma específica está intimamente ligada com a imagem criada por Gilberto Freyre em suas obras aqui citadas. O autor que narra com minuciosidade a vida e os costumes da população brasileira desde seu princípio e que entendeu a miscigenação não como degenerativa, mas como uma das raízes da sociedade brasileira, acreditava que no Brasil não existe um conflito de raças:

“Mais depressa nos libertamos, os brasileiros, dos preconceitos de raça do que dos de sexo. Quebraram-se, ainda no primeiro século de colonização, os tabus mais duros contra os índios; e no século XVII, a voz del-Rei já se levantava a favor dos pardos” (FREYRE, 2004, p.244)

Gilberto Freyre, como notório intérprete do Brasil, foi um dos precursores do mito da democracia racial. Ou seja, a ideia de que no Brasil existe um convívio pacífico, festivo e harmonioso entre toda a população, independente da raça. A sua obra, escrita na primeira metade do século XX (Casa Grande & Senzala em 1933 e Sobrados e Mucambos em 1936), está inserida nesse contexto de criação de identidade nacional e da difusão do darwinismo social.

Ao longo de suas obras, o autor contribui para a construção da imagem romântica do período da escravidão no Brasil, principalmente nos papéis desempenhados pela mulher negra escravizada.

“Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos

tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo.” (FREYRE, 2003, p.366)

Por mais que ao longo do trecho o autor reconheça a importância da cultura negra repassada, das histórias contadas e do trabalho executado pelas mulheres negras, a sua descrição romantiza processos extremamente violentos e um cenário de escravidão da população negra. Em um parágrafo, o autor contempla a escrava que era ama de leite, a mucama, a mãe-preta e até os meninos negros que conviviam com os meninos brancos na Casa Grande.

Ainda no século XIX, outro estereótipo criado para representação das mulheres negras foi a imagem da mulata, como um produto exótico, sexualizado e para exportação. Um dos meios de criação do estereótipo era com a utilização de imagens. Na figura 4 o turbante da mulher negra confere a ela a ideia de exótica, o decote com os ombros a mostra conferem sexualidade ao seu corpo e os traços africanos como os lábios grossos e a pele escura permitem o deleite dos curiosos e daqueles que tentam provas as teorias racistas oriundas do darwinismo social.



Figura 4: Albert Henschel. Mulher de turbante. 1870. Fonte: Acervo IMS

A mulata como figura da miscigenação entre as raças, como elemento médio da nova configuração social do século XIX, marcada pela urbanização e pelo fim da escravidão, tinha a possibilidade de ascensão. Nesse sentido, é importante compreender que a transição do patriarcalismo rural da casa-grande para a burguesia industrial dos sobrados, não foi completa. Mesmo que o patriarcalismo tenha perdido a figura da família patriarcal como símbolo da sua estrutura, a sujeição das mulheres não se encerrou na decadência das casas-grandes.

“À mulata, pela sugestão sexual não só dos olhos como do modo de andar e do jeito de sorrir, alguns acham até que dos pés, porventura mais nervosos que os das brancas e os das negras, dos dedos da mão, mais sábios que os das brancas, tanto nos cafunés e nas extrações de bichos de pés nos sinhô-moços como em outros agrados afrodisíacos; do sexo, dizem que em geral mais adstringente que o da branca; do cheiro da carne, afirmam certos voluntuosos que todo especial na sua provocação - à mulata, por todos esses motivos, já se tem atribuído, um tanto precipitadamente e em nome de ciência ainda tão verde e em começo

como a sexologia, uma como permanente “superexcitação sexual”, que faria dela uma anormal; e do ponto de vista da moral europeia e católica, uma frande e perigosa anormal.” (FREYRE, 2004, p.743)

A descrição feita a respeito da libido da mulher negra confere à ela uma sexualidade ímpar, quase selvagem. A sua sensualidade provocativa é objeto de desejo dos homens como se isso fosse uma vantagem, mas que na prática significava atitudes abusivas e violentas contra seus corpos.

Essa imagem criada a respeito da mulher negra no século XIX ainda existe no imaginário brasileiro nos dias atuais. A mulata como produto de exportação da sociedade brasileira alegre e miscigenada, com a sua sensualidade sempre desejada é entendida muitas vezes pela mulher negra como um momento de reconhecimento em que sua imagem é centro das atenções, um exemplo disso é o desfile de escolas de samba do carnaval brasileiro, em que muitas mulheres negras desfilam praticamente nuas.

“A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupas possível), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional” (GONZALEZ, 2017, p.409)

O patriarcalismo como estrutura fundamental da sociedade brasileira preservou o poder do homem como autoridade pública e moral, além dos seus privilégios sociais e controle sobre as propriedades, entre elas, o corpo feminino e o corpo escravizado.

Nas cidades, algumas mulheres negras libertas e longe das investidas sexuais dos senhores de escravos, tornaram-se prostitutas e eram obrigadas, por força da ordem econômica, a entregarem seus corpos a homens brancos, em troca de sobrevivência.

“No plano imediato, a abolição traria mais palpáveis consequências no setor da organização do grupo familiar. A libertação da escrava negra restringiu as aventuras amorosas do chefe da família, que passou a necessitar do consentimento de sua comparsa de perpetrar a ligação libidinosa. A decisão perde, por seu caráter unilateral. É óbvio que a unilateralidade se mantém num setor, ou seja, o setor prostituído, realizando-se através do assalariamento. Porém, a questão, vista de outro ângulo, revela, na imposição de um salário, a natureza impessoal e contratual de uma relação comercial, em que a vontade de ambas as partes deve ser levada em linha de conta. Não se deve entender, com isto, que a prostituição seja voluntária.” (SAFFIOTI, 2013, p.253)

Nesse sentido o assalariamento confere certo poder à mulher negra recém liberta, a possibilidade de recusar, mas não todos os homens, uma vez que a situação de pobreza da população negra após a abolição da escravidão era intensa.

Como foi mostrado, diversas eram as atividades econômicas desempenhadas pelas mulheres negras durante o século XIX, seja como pessoas escravizadas ou como mulheres livres. Além de representarem a base da economia colonial durante todos os séculos de escravidão, as mulheres negras continuaram trabalhando após abolição, como quitandeiras e outros comércios ambulantes, amas de leite, prostitutas, entre outras profissões majoritariamente informais e de baixo prestígio social.

A falta de políticas de inserção da população negra recém liberta e sua consequente marginalização ocupando os mucambos das novas cidades brasileiras pode ser interpretada não como omissão, mas como biopolítica.

Além disso, para as mulheres negras, a libertação não conferiu à elas título de cidadãs da sociedade brasileira e mais uma vez, elas foram mantidas à margem do sistema econômico e político.

“O ex-escravo seria, no novo regime, considerado cidadão brasileiro para efeitos eleitorais, enquanto que a mulher, tanto branca quanto negra, seria marginalizada da escolha dos representantes do povo no governo. Neste sentido, [...] a abolição constituiu uma emancipação precária e incompleta para a mulher de cor.” (SAFFIOTI, 2013, p.253)

Portanto, o fim da escravidão e a dissolução da família patriarcal rural marcaram uma nova fase na história das mulheres negras, mas em um novo processo de marginalização e sob novas práticas do poder patriarcal.

1.3 A mulher negra e o matriarcado da miséria na consolidação do capitalismo brasileiro

O processo de consolidação do capitalismo brasileiro não significou um desenvolvimento autônomo e auto sustentado, mas sim um desdobramento do capitalismo mundial em que a sua dependência, como uma país situado na periferia do sistema, foi redefinida e fortalecida.

“Tal como ocorrera com o ciclo do ouro, a universalização do salariado, no Brasil, representa um novo momento de rearticulação entre o centro de dominância do sistema capitalista mundial e as economias dependentes. ” (SAFFIOTI, 2003, p.214)

Nesse sentido, a abolição da escravidão representa a crise do antigo regime enquanto a instauração do trabalho livre representa a difusão de uma nova mentalidade econômica, social e política, baseada na competição e na sociedade de classes. Processo que ocorre de forma lenta e mais sutil em comparação com a consolidação do capitalismo nos países centrais.

Portanto, a consolidação do capitalismo brasileiro se configura como uma série de mudanças na sociabilidade brasileira. A conquista do espaço público, o surgimento de uma classe média e as mudanças burocráticas, são exemplos desse processo.

“De modo tímido, modesto e incerto: primeiro, lutando contra os excessos dos senhores e pela Abolição; em seguida, lançando-se às greves e saindo às ruas para exercer pressão política contra os excessos da dominação oligárquica e pelo advento da “democracia burguesa”. É nesse quadro amplo, que se estende à crise de 1929 e à Revolução de 1930, que se esbatem os efeitos sociais construtivos desencadeados pela metamorfose do mercado, sob a consolidação do capitalismo competitivo.” (FERNANDES, 1976, p.239)

O fato é que mesmo com a abolição da escravidão, a efetivação de um sistema capitalista não ocorreu de forma abrupta, mas por um longo processo de crescimento e dinamização do mercado interno que levaria a industrialização por meio da substituição das importações.

“Na verdade, a abolição, momento final de um longo processo de desintegração da ordem social escravocrata-senhorial, seria apenas o momento inicial, a condição *sine qua non*, do difícil e demorado processo de constituição de uma etapa superior da economia capitalista brasileira, cujos primeiros efeitos marcantes só viriam a surgir nos anos que se seguem à crise mundial de 1929, quando, finalmente, o mercado interno se constituiria no principal fator dinâmico do sistema econômico nacional.” (SAFFIOTI, 2003, p.214)

Portanto, é com a crise mundial de 1929 combinada com a revolução de 1930 que se iniciou o processo de industrialização brasileira, marcada pela atuação de duas classes específicas: o fazendeiro do café e os imigrantes.¹⁰

¹⁰ FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

No que tange a população negra recém liberta, nenhuma medida por parte do Estado ou dos ex-proprietários foi tomada em relação a inserção da população negra na sociedade brasileira, seja por meio do emprego, ou da sua inclusão social.

“Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. [...] Essas facetas de situação humana no antigo agente do trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel” (FERNANDES, 2008, p.29)

Nas regiões em que o café garantiu a prosperidade, havia duas possibilidades para o trabalho da população negra. A primeira era nas plantações com baixa produtividade, onde as condições de trabalho não se modificaram de forma significativa e ocorria a sua reabsorção na produção. A segunda era em plantações com alta produtividade em que se estruturava um mercado de trabalho, portanto, a população negra teria de concorrer com o restante da população brasileira.

“[...] os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”, constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas, em regiões prósperas, em virtude da degradação do trabalho escravo) e, principalmente, com a mão-de-obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais. Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos que não estavam preparados para enfrentá-la. ” (FERNANDES, 2008, p.31)

A competição com o grande contingente populacional representado pelos imigrantes se tornou um grande entrave para a inserção da população negra no mercado de trabalho. Nesse sentido, vale relembrar que o século XX foi o auge das ideias eugenistas¹¹ derivadas do darwinismo social no Brasil.

Portanto, a preferência pela mão de obra imigrante não era apenas uma questão de familiaridade com o sistema capitalista de produção, mas parte de uma mentalidade mercantil, em que o trabalho livre, iniciativa individual, liberalismo econômico,

¹¹ Eugenia foi o termo criado por Francis Galton em 1883 que significava “bem nascido”. As ideias eugenistas eram diversas, mas de forma geral, acreditava na superioridade de determinadas características humanas sobre as outras.

modernização e progresso eram ideias bem vistas e que, muitas vezes, simpatizavam com a superação da sociedade escravocrata e retrógrada por meio de um discurso eugenista.

“Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. ” (FERNANDES, 2008, p.31)

Além da falta de aparato institucional para inserção do negro da sociedade brasileira, a forma como se desenvolveu a formação social dos centros urbanos com prioridade para as classes dominantes e o emprego dos imigrantes, marginalizaram a população negra.

“Primeiro, como a associação entre a urbanização e a europeização se refletiu na morfologia da cidade, alterando por completo os antigos quadros de absorção regular do negro como agente de trabalho. Segundo, como se deu a própria formação da ordem social competitiva e a consolidação do regime de classes sociais em São Paulo, em torno das figuras dominantes do “fazendeiro” e do “imigrante” e com a exclusão quase total do “negro” ou “mulato” como agentes históricos socialmente significativos. ” (FERNANDES, 2008, p.36)

O autor utiliza São Paulo como referência devido a sua importância como centro urbano no processo de emergência do capitalismo brasileiro, mas o dinamismo dos grandes centros urbanos se fará sentir nas regiões mais interiores do país. Nesse sentido, a situação da população negra marginalizada pode ser tomada como um todo.

Quando tratamos da situação específica da mulher nesse processo de emergência capitalista, percebemos que a sua inserção no mercado de trabalho não foi plena, mesmo com o desenvolvimento industrial dos anos 1930.

A partir de dados retirados dos recenseamentos de 1872 a 1960, Saffioti (2013) analisa que mesmo com um aumento da população empregada nos setores industriais da economia brasileira, as mulheres perderam gradativamente participação nesse setor. Mesmo tendo um aumento absoluto de mulheres empregadas no setor secundário, relativamente aos homens ela perdeu participação.

Além disso, ainda segundo análise de Saffioti (2013), houve aumento da participação das mulheres como trabalhadoras em domicílio, em 1950 de toda a

população desenvolvendo atividades extradomiciliares, apenas 11,3% era representado por mulheres.

“Como a economia não conseguia absorver a totalidade da força de trabalho potencial da nação, as mulheres foram grandemente marginalizadas do processo produtivo de bens e serviços, justificando-se esta marginalização em termos de concepções tradicionais dos papéis femininos.” (SAFFIOTI, 2013, p.339)

Os dados apresentados pela autora e sua análise sobre a participação feminina na economia nacional e, mais precisamente, no setor industrial, elucidam o fato de que a industrialização brasileira não foi acompanhada pela inclusão da mulher nesse nicho da economia, o motivo destacado pela autora são as concepções tradicionais dos papéis femininos, ou seja, a crença persistente no patriarcalismo de que as mulheres devem exercer trabalhos domésticos e serviços, em que estão implicados o cuidado do outro.

Vale ressaltar que mesmo havendo dados sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, não há análises específicas do período da industrialização brasileira, ou seja, da década de 1930 a 1980. Foram anos marcados pelo desenvolvimento do mercado consumidor interno e também do mercado de trabalho, com inclusão das mulheres em determinadas atividades, mas sem um estudo específico sobre as consequências e implicações.

Portanto, o presente trabalho conta com esse intervalo temporal em que não há especificidade sobre a mulher durante o período de industrialização brasileira, principalmente, no que tange a mulher negra.

Isso não se altera com o processo de modernização acelerada promovida no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), em que a mão de obra masculina foi desviada da agricultura para a indústria, enquanto as mulheres foram, mais uma vez, marginalizadas nesse processo.

Levando em conta o período da Ditadura Militar (1964-1985) e o “Milagre Econômico” que ocorreu com forte intervenção estatal e desenvolvimento industrial, mas tudo isso marcado por um processo de concentração de renda, as mulheres negras nesse cenário foram mais uma vez deixadas de lado. Durante o censo do IBGE de 1970 foi suspensa a pergunta sobre raça/cor, o que prejudica profundamente as estatísticas a respeito da população negra.

Considerando que as mulheres ao longo do processo de desenvolvimento econômico brasileiro não foram inseridas no mercado de trabalho da mesma forma que os homens, mas que as mulheres negras enquanto escravizadas exerciam as mesmas funções que os homens negros escravizados, para além das funções de mucamas dentro da casa grande e, que no período pós-abolição a população negra alforriada foi marginalizada no processo de urbanização e consolidação do capitalismo, nos leva a questionar em quais números as mulheres negras estão inseridas nessas estatísticas.

Mas isso não basta para explicar a massa de mulheres marginalizadas do mercado de trabalho, portanto a autora ressalta que o desemprego feminino faz parte do desenvolvimento capitalista, independente se é como centro ou como periferia, o emprego da mão de obra feminina sempre será preterido e mais, como exército de reserva esse contingente populacional pressiona para a redução dos salários.

“E, deste modo, a marginalização da força de trabalho feminina, muitas vezes explicada quase exclusivamente em função de preconceitos remanescentes de uma "sociedade tradicional" e do pequeno grau de desenvolvimento econômico, apresenta-se como decorrência da plena constituição das relações capitalistas de produção” (SAFFIOTI, 2013, p.342)

Além de funcionar como exército de reserva, a constituição das relações capitalistas de produção como se refere Saffioti, determinam, assim como a divisão internacional do trabalho em escala mundial, a divisão sexual do trabalho em escala nacional. Ou seja, a ideia de que há uma distribuição diferente entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho, tanto em relação a ofícios e cargos, quanto em relação aos salários. Portanto, a diferenciação dos ofícios estabelece também uma repartição desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

“A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e societalmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens de funções com maior valor social adicionado” (HIRATA e KERGOAT, 2008, p.266)

Além de demonstrar como sistematicamente ocorre a divisão do trabalho entre homens e mulheres, as autoras mostram como a divisão social do trabalho, como elemento da divisão sexual do trabalho, tem dois princípios organizadores: o princípio da separação

em que há trabalhos de homens e há trabalhos para mulheres e o princípio da hierarquia, em que o trabalho dos homens “vale” mais do que o trabalho das mulheres (HIRATA e KERGOAT, 2008)

Quando inserimos a variável da raça, percebemos que além de uma divisão sexual do trabalho, existem ofícios que são ocupados majoritariamente por mulheres negras e outros que são ocupados majoritariamente por mulheres brancas. Processo que se intensificará no último quarto do século XX, devido à ocupação das mulheres em cargos altos e pelo aumento do nível de escolaridade..

“O aparecimento desse modelo se deve à polarização do emprego das mulheres e ao aumento do número de mulheres altas funcionárias e em profissões intelectuais de nível superior. Isso foi possível graças à expansão acelerada dos empregos em serviços nos países capitalistas ocidentais, desenvolvidos e em vias de desenvolvimento (Sorj, 2004), que trazem ‘soluções’ alternativas ao antagonismo entre responsabilidade familiares e profissionais” (HIRATA e KERGOAT, 2008, p.271)

O antagonismo a que se referem as autoras é entre as responsabilidades profissionais, originalmente conferidas aos homens, enquanto as responsabilidades familiares eram conferidas às mulheres. Mas ocorre um novo processo com a entrada cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, que é uma separação da responsabilidade familiar entre algumas mulheres e da responsabilidade profissional entre outro grupo de mulheres.

“No caso do Brasil [...] a delegação de tarefas domésticas às empregadas e às faxineiras, e mesmo às babás, é comum nas camadas mais favorecidas, nas camadas médias e mesmo populares” (HIRATA e KERGOAT, 2008, p.274).

Segundo a declaração das organizações das mulheres negras brasileiras “trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neo-escravistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub humanas no espaço doméstico”¹²

¹² “O matriarcado da miséria, por Sueli Carneiro” disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/>

Fica evidente que a inserção das mulheres no mercado de trabalho está intimamente ligada ao processo de escravidão e por um caráter de servilismo. Como trabalhadoras do espaço doméstico, não de suas casas, mas de casas de terceiros as mulheres negras alforriadas tiveram experiências que remontaram os tempos da escravidão.

Além disso, compunham também a grande massa da população marginalizada nas favelas que se formavam ao redor dos centros urbanos, como derivações dos mucambos do século XIX.

O livro “O Quarto do Despejo” que reúne trechos dos diários de Maria Carolina de Jesus entre 1955 e 1960, é a descrição minuciosa de uma vida de escassez de uma mulher negra e pobre, chefe de família, mãe de três filhos e que mora na favela do Canindé, em São Paulo.

Escrito durante o período do Plano de Metas, em que vultosos investimentos eram feitos na economia por parte do Estado, na cidade mais próspera do país crescia a favela do Canindé. A população, de acordo com a descrição da autora, incluía paulistas, mineiros como Maria Carolina de Jesus e diversas pessoas do Norte e Nordeste do país, que buscavam em São Paulo possibilidades de trabalho.

“13 DE MAIO Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático pra mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

...Nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz.

Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.

...Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:

- Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida..”¹³ (JESUS, 1960, p.28)

¹³Os erros ortográficos são do texto original, para se manter fiel à escrita da autora.

O trecho é muito significativo para a compreensão da situação da população mais pobre da sociedade brasileira e, especificamente, da cidade de São Paulo. O racismo e a pobreza descritas de maneira objetiva e a realidade vivida por essa mulher negra, como símbolo de diversas mulheres negras que viviam em condições semelhantes.

Matriarcado da miséria, o termo criado pelo poeta Arnaldo Xavier para designar a condição história da mulher negra na sociedade brasileira marcada pela discriminação, exclusão e rejeição, mas mesmo assim desenvolvendo papel de liderança dentro das comunidades miseráveis.¹⁴

Nesse sentido, é Maria Carolina de Jesus uma dessas lideranças do matriarcado da miséria, historicamente rejeitada e excluída como tantas outras mulheres negras na sociedade brasileira que mesmo em momentos economicamente prósperos não priorizou a inserção das mulheres negras socialmente ou profissionalmente.

Dessa forma, o que demonstramos ao longo do capítulo é como a formação econômica brasileira teve impacto na posição da mulher negra na nossa sociedade. A colonização com a utilização da mão de obra escrava e o desenvolvimento do capitalismo sem inclusão da população recém liberta, somada à uma política de Estado de exclusão da população negra culminaram na marginalização da mulher negra.

Atuando como chefes de família, principalmente nas regiões urbanas, e consolidando o que ficou conhecido como o matriarcado da miséria, as mulheres negras foram durante o período da colonização a base da economia brasileira e garantiram durante o desenvolvimento do capitalismo, como exército de reserva. o barateamento da mão de obra das cidades.

Além disso, concomitante com o desenvolvimento do capitalismo, as noções de liberalismo econômico, modernidade e civilização estruturaram o mundo sob a ótica do racismo. Ou seja, o racismo faz parte da estrutura do capitalismo nas periferias do sistema econômico mundial.

Portanto, o crescimento capitalista e a acumulação de capital implicam na exclusão, rejeição e como veremos adiante, política de morte da população negra¹⁵.

¹⁴ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/>

¹⁵ Necropolítica de Achille Mbembe.

Política realizada com tanto sucesso e eficiência que a posição da população negra nas camadas inferiores da sociedade é entendida como natural e não como um processo sistemático de exclusão.

CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A MULHER NEGRA

Neste capítulo trataremos da relação intrínseca entre o exercício da violência e a acumulação de capital. Mostraremos como a consolidação do capitalismo depende da formação de um Estado-nação e, por meio dele, serão legitimados os meios de dominação do sistema capitalista.

Dessa forma, a violência institucionalizada contra determinados grupos específicos, como as mulheres, em regiões geográficas específicas, como a periferia do capitalismo, e contra raças específicas, a população não-branca, é parte constituinte do processo de acumulação de capital.

Para tanto, utilizaremos autores que tentam compreender a realidade social contemporânea a partir da perspectiva latino-americana e africana, negando os eixos teóricos imperialistas das regiões como EUA e Europa, uma vez que foram conceitos construídos no centro do sistema como razão, modernidade e raça que permearam o processo de colonização da América e da África.

“La idea de raza es, con toda seguridad, el más eficaz instrumento de dominación social inventado en los últimos 500 años. Producida en el mero comienzo de la formación de América y del capitalismo, en el tránsito del siglo XV al XVI, en las centurias siguientes fue impuesta sobre toda la población del planeta como parte de la dominación colonial de Europa” (QUIJANO, 2000, p.192)

Portanto, a criação do conceito de raça é um instrumento de dominação produzido entre os séculos XV e XVI, no início da formação da América e do capitalismo, mas que se espalharia nos séculos seguintes por toda a população mundial como parte da dominação colonial europeia.

O racismo e a acumulação de capital são processos que caminham juntos na história do capitalismo mundial. A acumulação primitiva de capital, etapa inicial para o modo de produção capitalista, foi realizada graças ao uso da mão de obra escrava.

A raça como instrumento de dominação é o que chamamos de racismo, que será utilizado ao longo da história do desenvolvimento capitalista de diversas maneiras, como mostramos no capítulo anterior, por exemplo. No século XIX e XX as diferenças raciais entre as populações darão origem aos movimentos eugenistas e a ideia de que o branqueamento da população brasileira garantiria a sua modernização.

“Esta brutal investida fora da Europa ficará conhecida pelo termo “colonização” ou “imperialismo”. Sendo uma das maneiras de a pretensão europeia ao domínio universal se manifestar, a colonização é uma forma de poder constituinte, na qual a relação com a terra, as populações e o território associa, de modo inédito na história da Humanidade, as três lógicas da raça, da burocracia e do negócio (*commercium*). Na ordem colonial, a raça opera enquanto princípio do corpo político. A raça permite classificar os seres humanos em categorias físicas e mentais específicas. A burocracia emerge como um dispositivo de dominação; já a rede que liga a morte e o negócio opera como matriz fulcral do poder. A força passa a ser lei, e a lei tem por conteúdo a própria força.” (MBEMBE, 2014, p. 105)

Como mostrado por Achille Mbembe a raça, a burocracia e o negócio da morte é a utilização por parte do Estado burocrático do uso da força contra a população racialmente dominada e que será chamado de necropolítica, que de maneira simplificada, é a política da morte, em que a burocracia determina quem deve morrer.

É explorando esses conceitos que buscaremos compreender ao longo deste capítulo como o racismo e a acumulação de capital estão relacionados e como essa dominação é exercida sobre a mulher negra no Brasil.

Além disso, buscaremos no processo de redemocratização brasileira e a nova constituição de 1988, alguns dos determinantes para a posição da mulher negra no Brasil contemporâneo.

Por fim, fazendo uso do conceito de necropolítica e levando em conta a crise gerada pelo Covid-19 durante 2020, verificamos como a política da morte em meio a uma pandemia mundial se exerce sobre a mulher negra periférica.

2.1 Racismo e acumulação capitalista no Brasil: os impactos da ideologia racial brasileira sobre a mulher negra

A acumulação capitalista no Brasil e no mundo é um processo violento. Como o pressuposto da acumulação de capital é a divisão entre as classes sociais, a desigualdade entre elas e a condição de pobreza de grande parte da população mundial já é por si só, um processo violento.

Mas a violência estrutural não consiste apenas na pobreza e escassez de recursos de algumas classes, mas de uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e que produz uma força coercitiva.¹⁶

Como consequência teremos o respeito a essa legislação pelo uso da força coercitiva e, por ser amparada pela lei, os seus atores são diluídos em dispositivos impessoais. Isso significa dizer que ocorre uma naturalização da pobreza, como se a riqueza de alguns não significasse a pobreza de outros, portanto a pobreza como resultado do modo de produção capitalista é justificada e ocorre sua normatização.

Nos países da periferia do sistema econômico, como o Brasil, a violência institucionalizada pela legislação é intensificada e se manifesta principalmente pelo racismo e pelo machismo.

“Além da sociedade capitalista, que pode ser considerada, pela sua lógica, um contexto possibilitador da violência, acrescentam-se as singularidades das sociedades do capitalismo periférico da América Latina: seu passado colonial e escravocrata, bem como seu lugar subalterno no sistema-mundo do capital, dão contornos específicos à violência, incluídos aí o racismo e o machismo.” (OLIVEIRA, 2018, p.45)

Isso ocorre porque, como mostramos ao longo do primeiro capítulo, a sociedade escravocrata brasileira está atravessada pelo ordenamento patriarcal, remontando as famílias patriarcais que residiam nas casas grandes. Além disso, a violência durante a colonização do Brasil foi um imperativo das relações aqui estabelecidas.

As formas contemporâneas de acumulação de riquezas no capitalismo podem ser compreendidas pelo conceito de necropolítica, variação do conceito de biopolítica, mas aplicado à periferia do capitalismo e ao momento contemporâneo. Nesse sentido, o liberalismo econômico dos dias atuais e a exploração do trabalho até última instância, se configura como um dos dispositivos da necropolítica.

Como forma de elucidar a relação da necropolítica e da atuação do capitalismo contemporâneo, ou seja, o liberalismo, vale pensar que diariamente pessoas morrem de fome por todo o mundo. Em um sistema que opera com produção de larga escala,

¹⁶ MARTÍN-BARÓ, 2012, p. 402.

inclusive de alimentos, morrer de fome é uma decisão que passa pelo sistema econômico e pela necropolítica.

O biopoder, ou seja, o poder sobre os corpos, somado ao estado de exceção e ao estado de sítio dá origem ao direito de matar. É o direito de matar que caracteriza a soberania, não o ordenamento racional garantidor da autonomia dos sujeitos.¹⁷

“A característica mais original dessa formação de terror é a concatenação entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio. A raça é mais uma vez essencial para esse desencadeamento.” (MBEMBE, 2017, p.31)

Portanto, a soberania consiste na decisão de quais lugares são considerados estados de exceção e podem, portanto, utilizar o direito de matar. Para Mbembe esse lugar é a colônia:

“Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos - a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização.” (MBEMBE, 2017, p.35)

Mas como o autor trata da necropolítica como um exercício de poder atrelado à contemporaneidade, o lugar colônia é a estruturação de um espaço como subalternizado (OLIVEIRA, 2018), como os territórios periféricos. E a categoria “raça” é fundamental como categoria científica que sustenta projetos de soberania racial, ou seja, o biopoder.

Aníbal Quijano, em seus estudos sobre a colonialidade do poder, traz o racismo como instrumento de dominação, inventado junto com o aparecimento da América e da formação do capitalismo. O que significa dizer, que o racismo constitui um aspecto da colonização da América e, por consequência, da expansão do capitalismo mercantil.

“De ese modo, raza, una manera y un resultado de la dominación colonial moderna, pervadió todos los ámbitos del poder mundial capitalista. En otros términos, la colonialidad se constituyó en la piedra fundacional del patrón de poder mundial capitalista, colonial/moderno y eurocentrado. Tal colonialidad del poder ha probado ser más profunda y duradera que el colonialismo en cuyo seno fue engendrado y al que ayudó a ser mundialmente impuesto” (QUIJANO, 2000, p.192)

¹⁷ “A partir dessa perspectiva, a expressão máxima da soberania é a produção de normas gerais por um corpo (o povo) composto por homens e mulheres livres e iguais. Esses homens e mulheres são considerados sujeitos completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação. A política, portanto, é definida duplamente: um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento.” (MBEMBE, 2018, p.9)

O racismo como instrumento de dominação cria identidades nacionais, de um lado os não brancos (índios, negros, mestiços) e do outro lado os brancos/europeus (espanhóis, portugueses, ingleses, etc). Essas identidades funcionam dentro do sistema de dominação como base para a estratificação das relações sociais.

A dominação não é apenas interna aos países, mas é uma categorização que se expande para o sistema capitalista e posiciona as nações nessa ordem mundial. Portanto, o capitalismo mundial constitui um sistema global de controle do trabalho, em que as identidades criadas com base na raça garantem, ou não, acesso ao trabalho qualificado.

Para Aníbal Quijano, a colonialidade do poder rejeita o acesso ao trabalho qualificado à população não branca, pois durante a colonização não havia remuneração do seu trabalho e o salário era visto como privilégio do branco. O que justifica, por exemplo, as diferenças salariais entre a população branca e a população não branca.

“A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial” (QUIJANO, 2000, p.120)

Portanto, as diferenças salariais entre a população negra e a população branca podem ser compreendidas a partir da colonialidade do poder capitalista mundial, que situa aqueles que merecem remuneração pelo trabalho e aqueles que não merecem delineados a partir do conceito de raça.

O cenário que é construído, atualmente, nos países latino americanos é de concatenação de diversas formas de violência. A primeira, fundamental do sistema capitalista, é a violência derivada da desigualdade de renda entre as diferentes classes sociais. Violência que é legitimada pela ação do Estado como mecanismo de distribuição da riqueza.

A segunda, é a violência direcionada aos espaços subalternos, locais tidos como estados de exceção e onde a política de morte deve vigorar, necropolítica justificada como

único instrumento civilizacional. Esses espaços subalternos convergem com os espaços criados a partir do conceito de raça criado como meio de dominação.

Que dará origem à terceira forma de violência, a violência decorrente da colonialidade do poder, que posiciona os países colonizados na economia mundial e inferioriza as identidades raciais que não são a identidade branca. Nesse cenário, a colonização por meio da instituição da escravidão com base na família patriarcal, faz com que a violência patriarcal contra as mulheres se configure como um dos aspectos da colonialidade do poder.

Portanto ao posicionarmos a mulher negra na sociedade brasileira, considerada como espaço subalterno de exercício da necropolítica, local em que a definição de raça estabelece as relações de dominação sociais e sociedade fundada com base na estrutura patriarcal que inferioriza o gênero feminino dentro dessa lógica econômica, temos na figura da mulher negra o exercício de todas essas formas de violência.

A partir desse ponto de vista, a identidade da mulher negra, construída no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2011).

Demonstradas as relações entre as formas de violências operadas sobre a mulher negra na sociedade brasileira dentro de uma perspectiva mundial de acumulação de capital e exercício do poder, abordaremos, em seguida, como no processo de redemocratização as mulheres negras continuam marginalizadas. Mesmo em um cenário de conquistas da luta feminista.

2.2 Redemocratização sem plena inclusão: a ausência da mulher negra das pautas feministas nos movimentos dos anos 80

Em 1987 foi enviada uma carta das mulheres ao Congresso Nacional com uma série de exigências para a nova Constituição redigidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), após o lançamento da Campanha Mulher e Constituinte e amplo contato com as mulheres de todo o país, como é relatado na própria carta.

“Nós mulheres, estamos conscientes que este país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios” (1987)

O movimento do CNDM somado à Bancada Feminina da Assembleia Nacional Constituinte ficou conhecida como Lobby do Batom e, juntas, conseguiram aprovar cerca de 80% das reivindicações contidas na Carta das Mulheres¹⁸, entre elas foram garantidas a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a eliminação do homem como chefe de relação conjugal, responsabilizou-se o Estado pela coibição da violência intrafamiliar, deu o direito da mulher de decidir sobre a quantidade de filhos que deseja ter, para as mulheres presidiárias o direito de amamentar seus filhos e o direito das mulheres rurais à titularidade da terra, entre outros.

Mesmo sendo um momento histórico e vitorioso para os direitos das mulheres brasileiras, encontra muitas limitações na prática e na concepção de como superar as desigualdades entre homens e mulheres.

“Uma primeira [visão] concebe a ação feminista prioritariamente nos marcos de direitos iguais para mulheres e homens. Ainda que se ampliem para distintas dimensões, o horizonte da equivalência de direitos entre mulheres e homens, da equidade, sem o pressuposto de ruptura com os limites da igualdade formal que caracteriza a noção de direitos na sociedade capitalista, reduz a dimensão da transformação social indispensável para que seja possível superar a opressão das mulheres. A luta por direitos – políticos, econômicos e sociais, por direitos de reconhecimento etc. – foi e permanece como um aspecto importante da luta feminista. Afinal, a cidadania das mulheres ainda é uma cidadania limitada. Se na maioria dos países ocidentais têm-se uma aparente igualdade formal entre mulheres e homens, basta fugirmos da superficialidade da análise para percebermos o quanto, mesmo do ponto de vista das normas jurídicas e legais, os direitos das mulheres são negados. A inexistência do direito ao aborto é a maior evidência. Mas o que se questiona é a perspectiva que coloca como horizonte da luta social a igualdade formal e, portanto, prioriza em qualquer momento os marcos da legislação como o caminho principal de mudança.” (GODINHO, 2008 ,p. 19)

Conforme a autora demonstra, essa visão do feminismo entende que a igualdade política entre homens e mulheres resolve as experiências diferentes entre ambos, mas significa que não almeja por uma mudança na de caráter estrutural na sociedade e acredita

¹⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>

que dentro da ordem capitalista a igualdade entre os sexos será alcançada por vias legislativas.

Além disso, no Brasil existe um vão considerável entre a criação das leis e seu cumprimento de forma efetiva no cotidiano, ponto que contribui também para que as mulheres brancas tenham seus direitos garantidos de forma mais efetiva do que as mulheres negras.

“É também ao fato que, malgrado a solidariedade de algumas feministas e militantes negros, a conjugação de racismo e sexismo sobre a mulher negra resulta na prática social no fato que as conquistas dos movimentos de mulheres terminam privilegiando socialmente as mulheres brancas e as conquistas dos movimentos negros tendem a privilegiar homens negros, mantendo-se para a mulher negra o confinamento nos piores lugares da hierarquia social” (CARNEIRO, 1993, p.43)

Esse setor do feminismo brasileiro, protagonista das conquistas de 1988, tinha um caráter eurocêntrico e universalizante do conceito de mulher, mais uma das várias assimilações que fazemos para interpretar a nossa sociedade, importando conceitos, identidades e visões de mundo que pouco nos serve para compreender o Brasil.

“Importante dizermos que essa relação do feminismo com o Estado não foi um processo fácil de ser assimilado no interior do movimento. A participação nos conselhos e, ainda mais, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foi uma polêmica que se estendeu aos jornais feministas da época, aos encontros feministas e em diversos seminários e mesas redondas” (LYRA e OLIVEIRA., 2017, p.12)

Significa dizer que o Lobby do Batom era pouco representativo e não refletia as demandas e as lutas do movimento feminista que atuava na linha de frente de combate ao patriarcalismo durante o período da Ditadura Militar (1964-1985).

É concomitante com o movimento das mulheres no Brasil. a luta do movimento feminista durante a ditadura militar e no processo de redemocratização. As mulheres negras também debatiam a sua posição e as discriminações vivenciadas por elas.

“O que nos parece importante frisar é que, também, o movimento negro ressurgiu no Brasil durante a ditadura militar e tendo como eixos básicos a luta pela democracia, a extinção das desigualdades sociais e a conquista da cidadania. Porém, em ambos os movimentos, as mulheres negras aparecem como sujeitos implícitos – partiu-se de uma suposta igualdade entre as mulheres, assim como não foi considerado entre os negros as diferenças entre homens e mulheres (RIBEIRO, 1995)” (LYRA e OLIVEIRA., 2017, p.4)

As mulheres negras cientes de sua coadjuvância tanto no movimento negro, quanto no movimento feminista trilham seu próprio caminho por meio da construção do movimento feminista negro.

O feminismo negro, sob a perspectiva das diversas opressões e violências que a mulher negra está sujeita, tem uma concepção da formação econômica brasileira mais próxima dos conceitos de colonialidade do poder e biopolítica.

A apropriação do conceito de biopolítica por Sueli Carneiro para interpretar as condições de vida e morte da população negra no Brasil, evidencia o diálogo entre as concepções de raça dos diferentes autores.

“Apresentamos a seguir um exemplário de práticas correntes em nossa sociedade, que entendemos inscrevem a racialidade na lógica do biopoder, sempre compreendido nesse contexto, como “deixar viver ou deixar morrer”, menos induzidos por uma vontade consciente de agentes, mas sobretudo informados por processos de naturalização sobre o valor da vida e da morte, segundo a racialidade que inscreve a branquitude no registro do vitalismo e a negritude no signo da morte. [...]. As conclusões desse estudo são que as mulheres negras morrem seis pontos seis vezes mais que as brancas, de morte materna num dos estados mais desenvolvidos do país” (CARNEIRO, 2005, p.78)

No exemplo utilizado pela autora, as mulheres negras morrem com maior frequência do que as mulheres brancas de morte materna¹⁹, como exercício do poder de decidir quem morre e quem vive.

A não compreensão da complexidade das questões raciais incidentes sobre a mulher negra, marcou a Carta das Mulheres em 1987 pela falta de políticas específicas pensadas para as diversas experiências que compõem o sujeito mulher e por mais significativa que tenha sido, foi uma vitória em grande parte das mulheres brancas de classe média.

Mesmo que na Constituição de 1988 no capítulo II, artigo 7, inciso XX prevê a “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei”. A mulher negra constitui a parcela da população que tem os piores salários e ocupam os postos de trabalho mais vulneráveis.²⁰

¹⁹ O conceito de morte materna para a Organização Mundial de Saúde (OMS) refere-se às mortes que acontecem durante a gravidez em qualquer mês, durante o parto e no pós-parto até quarenta e dois dias.

²⁰ Dieese em parceria com o INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial 1999.

Processo que vem se delineando desde a abolição da escravidão em que a marginalização nos grande centro urbanos da mulher negra e sua posição nas classes baixas como chefes de família constituem o que chamamos de matriarcado da miséria.

“Os legados da escravidão no Brasil em termos de dominação racial e de gênero e as desigualdades da sociedade pós abolição conduziram a experiências sociais diferentes para mulheres negras e brancas: problemas presumivelmente comuns como sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho remunerado passaram a ter significação diferentes para mulheres negras e brancas. Por reconhecer essas diferenças, as mulheres negras no movimento feminista passaram a desafiar noções generalizadoras da opressão de mulheres que não levavam em conta a relação entre a ideologia patriarcal e racismo.” (CADWELL, 2000, p.9)

A partir daqui, buscaremos demonstrar de que forma essas experiências sociais são diversas e como em tempos de crise, como acontece atualmente com a pandemia do Covid-19, as mulheres negras são ainda mais vulneráveis.

2.3 A mulher negra e o desenvolvimento capitalista no Brasil: uma reflexão à luz do conceito de necropolítica

De forma geral, os grupos que compõem a periferia do sistema, como as mulheres negras e as mulheres pobres, historicamente apresentam piores resultados de qualidade de vida, acesso à educação, à moradia, ao sistema de saúde e ao mercado de trabalho. Mas em momentos de crise, como a crise sanitária e econômica que vivemos com a pandemia do Covid-19, a quantidade de pessoas em situações de vulnerabilidade aumenta e a qualidade da vida de pessoas que já se enquadram nessa situação, piora.

O que os dados virão a reforçar é atuação do Estado de morte que se configura no Brasil, mais especificamente nas periferias dos grandes centros urbanos, onde o estado de exceção permite, dentro da lógica da necropolítica, a morte de e as péssimas condições de vida das mulheres negras, em detrimento da população branca.

Na tentativa de elucidar essas informações, buscamos dados que mostram a vulnerabilidade já existente antes da eclosão da pandemia mundial, e informações mais recentes que demonstram o aumento da fragilidade dessa população.

A epidemia de covid-19 evidencia a necropolítica por criar um estado de exceção global em que as decisões dos mais diversos Estados durante esse período escancaram com as suas políticas quais são os corpos que devem viver e quais podem ser descartados.

Para isso, vamos nos deter à análise dos dados de homicídio da população brasileira e especificamente contra a mulher negra. Além dos dados do mercado de trabalho, uma lógica econômica capitalista que impõe o trabalho como meio de sobrevivência.

No contexto atual, as políticas de flexibilização do isolamento social mostram as faces econômicas da necropolítica, ou seja, ao priorizar medidas que garantem um melhor funcionamento da economia, a vida das pessoas que se expõem ao vírus para exercer as atividades, está em risco.

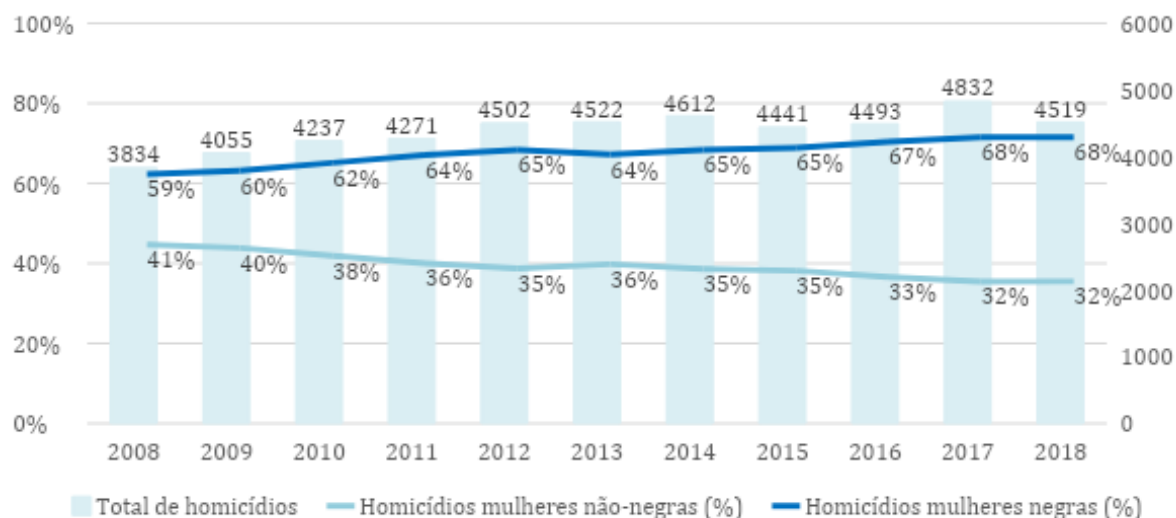
“Uma vez que as medidas apontadas como necessárias para conter a propagação do coronavírus envolvem o isolamento social, precisamos pensar a qual isolamento o Estado e a sociedade se referem. [...] O que está sendo colocado como opção a esses trabalhadores é a escolha entre morrer de fome ou de coronavírus.” (OLIVEIRA, 2020, p.9)

Portanto, as medidas de retomada econômica em meio a uma pandemia é uma forma de exercício da necropolítica. Além disso, o aumento das taxas de feminicídio durante a pandemia, mostram o acirramento de uma política de morte já em curso.

Ao analisarmos historicamente as mortes de mulheres negras e mulheres brancas no Brasil por homicídio entre 2008 e 2018²¹, vemos que mesmo tendo uma queda no total de homicídios de 2017 para 2018, os números aumentaram consideravelmente nesta década, principalmente quando falamos dos homicídios de mulheres negras.

Enquanto o número de homicídios em números absolutos varia em torno de 4300 durante o período, o que vemos pelo recorte de raça é um distanciamento entre o percentual de mulheres negras mortas e o percentual de mulheres brancas mortas, ou seja, mesmo que relativamente estável o total de homicídios, a tendência é uma queda quantidade de morte das mulheres brancas, enquanto aumento o número de morte das mulheres negras.

²¹ Dados retirados do Atlas da Violência - IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

Gráfico 1—Taxa anual de homicídios de mulheres no Brasil por raça (2008-2018)

Fonte: IPEA – Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. Elaboração Própria.

Utilizando dados de 2020²², o homicídio contra a mulher cresceu 2,3% em comparação ao mesmo período de 2019. Em relação ao feminicídio, em que a morte da mulher é resultado de um crime de ódio contra o gênero feminino, no primeiro semestre de 2020 houve um aumento de 1,4%, em comparação ao mesmo período de 2019. Não há estratificação por raça.

Além da morte das mulheres negras por homicídio ser uma evidência de uma sociedade norteadada pelo racismo e pelo exercício de políticas de morte, em que os corpos negros femininos não merecem viver, a situação de pandemia intensifica a abrangência da necropolítica contra a mulher negra.

A mulher negra de 63 anos que trabalhava como empregada doméstica e morava no emprego alguns dias da semana, devido à distância da sua casa, morreu após ser infectada por sua patroa que tinha voltado há pouco de viagem à Itália, país com vários casos de coronavírus.

Esse caso é representativo de muitos aspectos da sociabilidade brasileira, o serviço doméstico ser ocupado por uma mulher negra periférica trabalhando para uma mulher branca de elite. De forma pragmática, podemos dizer que o patriarcalismo incide

²² Dados coletados pelo Monitor da Violência

aqui quando uma mulher se ocupa dos serviços domésticos, mas o embate racial e de classe presente neste acontecimento chama atenção.

A supremacia branca e o poder capitalista se impõem de forma tão brutal que a vida da mulher negra não tem valor frente seu serviço e o bem-estar da mulher branca. E o caso não é isolado, a morte de mulheres negras por estarem mais expostas a situações de vulnerabilidade é corriqueiro e, infelizmente, não espanta.

Outro caso que ocorreu durante a pandemia foi a morte de Miguel, uma criança de cinco anos que estava sob os cuidados da patroa de Mirtes, enquanto ela passeava com o cachorro da patroa. Miguel morreu ao cair do nono andar do prédio da patroa, ao entrar no elevador sem supervisão de um adulto.

Quando a violência não é cometida diretamente contra a mulher negra, ela chora a morte de um filho, de um irmão ou de um companheiro. Nesse sentido, a necropolítica da população negra é norma na sociedade brasileira, mas em um momento de generalização do estado de exceção, a situação piora.

Em termos econômicos, vale analisar de que forma o mercado de trabalho se distribui no Brasil. A partir do Sistema de Indicadores Sociais de 2020 realizado pelo IBGE com os dados sobre 2019, no que tange às ocupações da população segregada por raça, temos que a população negra ocupa majoritariamente os setores de Agropecuária (62,7%), Construção (65,2%) e nos Serviços domésticos (66,6%), atividades que possuíam rendimentos abaixo da média de 2019.

Além disso, comparando os rendimentos pela média salarial e recorte por raça e gênero temos que homens têm rendimento médio de R\$2400,00/mês em 2019, enquanto as mulheres apresentam uma média de R\$1800,00/mês no mesmo período. Em relação a raça, as pessoas brancas recebem em média R\$2800,00/mês enquanto a população preta ou parda recebe em média R\$1600,00/mês.

A população negra é preferida para ocupar cargos em que as tarefas são menos valorizadas, como os serviços domésticos, que geralmente são direcionadas para as mulheres negras, ou para tarefas que exigem grande esforço físico, como construção e agropecuária, relacionadas ao homem negro e à sua brutalidade. Ocupações que remontam os tempos de escravidão em que homens negros se ocupavam de serviços braçais na agricultura e mulheres negras cuidavam dos trabalhos domésticos.

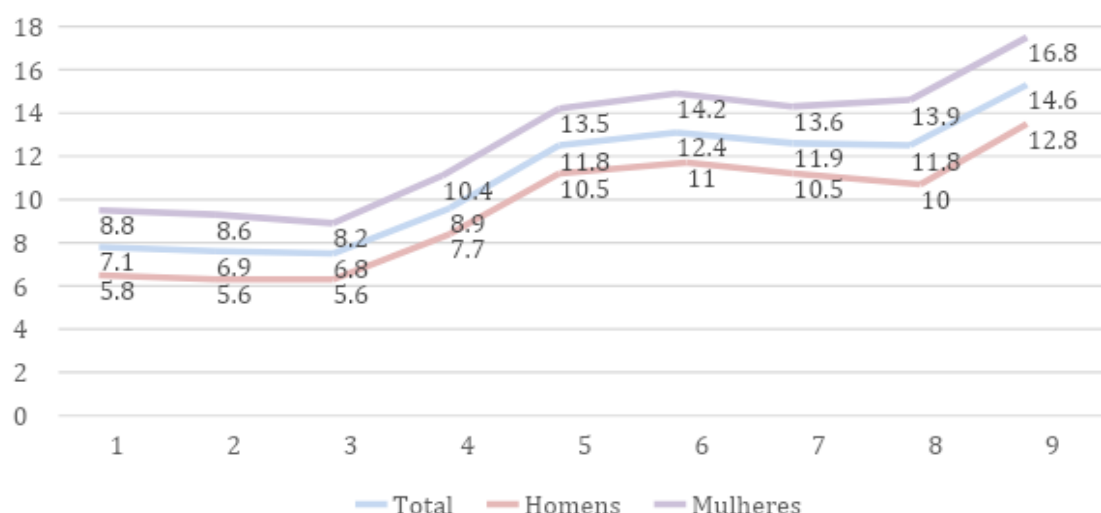
Além de ocupar as posições menos valorizadas e ter rendimentos inferiores mesmo com níveis de escolaridade semelhantes, a população preta ou parda ocupa majoritariamente empregos informais, ou seja, que não há vínculo empregatício e, portanto, são empregos com menos segurança.

A informalidade está relacionada com o processo de urbanização e os altos níveis de desemprego, como demonstrado no capítulo anterior, no final do século XIX e início do século XX em que não houve integração da população negra recém liberta no mercado de trabalho, em detrimento da integração da massa de imigrantes.

A população negra feminina ocupou, principalmente, os serviços domésticos, mas também desempenharam serviços ambulantes como das quitandeiras. Em 2019, da população negra economicamente ativa 47,4% dela se concentrava em empregos informais.

Em 2019 a taxa de desocupação da população brasileira atingia a marca de 11,7%. Entre a força de trabalho potencial feminina que não realizou busca por trabalho, o motivo alegado por 21,3% delas é que estavam ocupadas com afazeres domésticos, cuidado dos filhos e de parentes. Esse resultado mostra a importância de expandir a rede de cuidado de crianças e idosos para maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

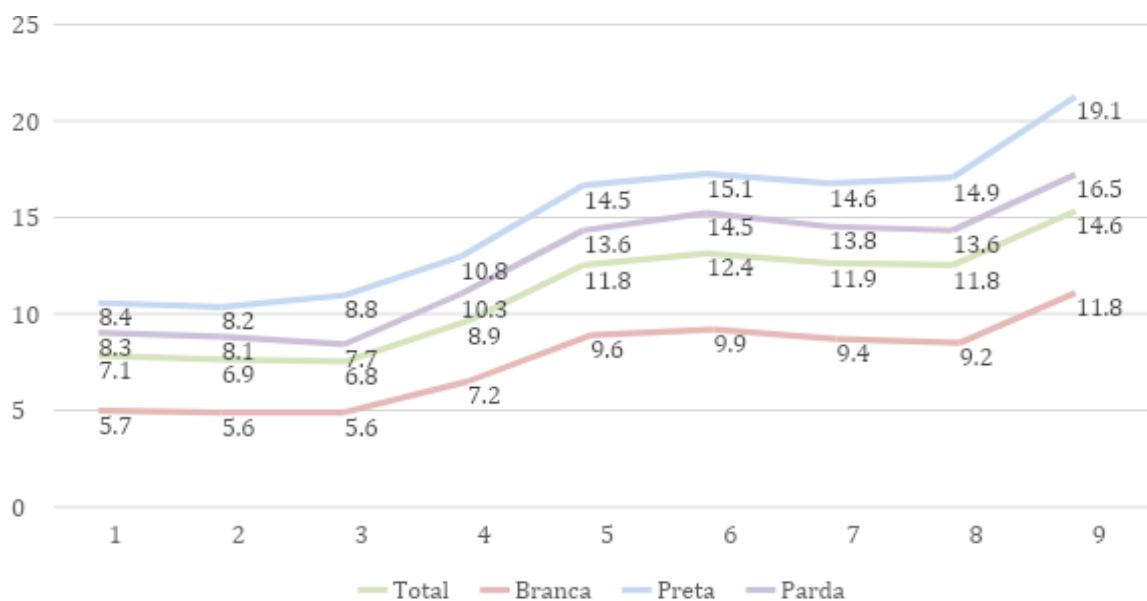
Gráfico 2- Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais, por sexo (%) 2012-2020



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração Própria.

Utilizando dados mais recentes sobre a taxa de desocupação da população brasileira a partir de dados retirados da PNAD/T, no Gráfico 2, e comparando com o mesmo período de 2012 a 2020, podemos ver que desde 2012 as mulheres apresentam taxa de desocupação superiores a taxa dos homens, além disso, com o coronavírus e as políticas de isolamento, a taxa de desocupação aumentou tanto para homens quanto para mulheres. Em relação às mulheres, a taxa corresponde a 16,8%.

Podemos verificar também os dados de desocupação a partir do recorte de cor ou raça (Gráfico 3), a estrutura do mercado não se alterou de 2012 a 2020, ou seja, as taxas de desocupação são maiores para pretos e pardos do que em relação aos brancos. Em 2020 a taxa de desocupação das pessoas pretas foi de 19,1% e das pessoas pardas foi de 16,5%.

Gráfico 3- Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais, por cor ou raça (%) 2012-2020

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração Própria.

Pelos dados e o histórico demonstrado, sabemos que as mulheres enfrentam maiores dificuldades para entrar no mercado de trabalho e que são responsabilizadas socialmente pelo cuidado da população. Fato que se reflete na estrutura de trabalho, em que as mulheres ocupam majoritariamente atividades como serviços domésticos e a categoria de administração pública, educação, saúde e serviços sociais, áreas que estão extremamente sobrecarregadas com a pandemia do Covid-19.

Em reportagem sobre as mulheres negras e o coronavírus, da revista *Gênero e Número*, em que mostram os resultados da pesquisa “A pandemia de COVID-19 e (os)as profissionais de saúde pública: uma perspectiva de gênero e raça sobre a linha de frente”, realizada pelo Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP) e divulgada pela Agência Bori. Foi constatado que as mulheres negras têm sido as mais afetadas. Elas sentiram medo (84%), desconfiança (28%) e tristeza (53%), além de declararem mais sensação de despreparo (59%) em relação a mulheres brancas, homens brancos e negros.

Ainda segundo a reportagem, a pesquisadora Gabriela Lotta pontua que “As mulheres negras que estão na base do sistema de saúde, são, em geral, técnicas de enfermagem ou agentes comunitárias de saúde, que são profissões menos valorizadas e com menor nível educacional. Por isso, elas estão mais expostas ao risco do contágio, recebendo menos treinamento, orientação e equipamento de proteção. A pandemia

exacerba uma desigualdade estrutural que já existe, e isso impacta na sensação de mais medo e despreparo em relação aos outros profissionais”

No que diz respeito ao mercado de trabalho, as mulheres negras estão mais expostas ao coronavírus, ocupam setores que são menos valorizados, ocupam majoritariamente empregos informais e recebem salários inferiores em relação a homens e mulheres brancas e homens negros.

Além dessa estrutura, formada antes da eclosão da pandemia mundial de covid-19, o matriarcado da miséria que caracteriza as mulheres negras na sociedade brasileira é tão brutal, que o isolamento social não é uma possibilidade. Tanto pelas condições residenciais da população mais pobre do Brasil - pensemos nas grandes favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo e o aglomerado de pequenas casas - quanto por exercerem papel de chefes de família, a qual depende dos seus rendimentos para sobreviverem.

Nesse sentido, as mulheres negras estão submetidas às opressões patriarcais e raciais que se engendram de forma a tornar sua existência uma luta contra uma política de morte, de controle dos corpos e de marginalização, seja com o número de homicídios ou feminicídios.

A articulação do sistema econômico capitalista durante todo seu desenvolvimento, fazendo uso da dominação racial legitimada pelo Estado incide sobre a mulher negra, de forma que a eclosão de uma pandemia mundial evidencia as relações que já estão consolidadas, como a forma que as mulheres negras estão inseridas no mercado de trabalho.

A pandemia do coronavírus não cria novas relações de dominação, mas exacerba as condições de vulnerabilidade da população negra e pobre do Brasil, dos locais subalternos em que os corpos negros não são escolhidos para viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho tentou-se demonstrar como o patriarcalismo persiste na sociedade brasileira contemporânea e como incidem de forma violenta especificamente sobre as mulheres negras.

No processo de constituição do capitalismo no Brasil uma série de desigualdades foram reiteradas, dentre elas, a mulher negra foi quem mais perdeu na escala social. Em primeiro lugar pela condição racial e em segundo lugar pela condição de gênero.

Durante o período colonial, as mulheres negras escravizadas podiam exercer dois tipos de função, como mucamas ou como escravas de eito. As mucamas trabalhavam dentro das casas grandes, se ocupavam dos serviços domésticos e cuidado com as crianças e estavam mais vulneráveis às investidas sexuais de seus senhores. As escravas de eito trabalhavam no campo ao lado dos homens negros escravizados.

A escravidão perdurou do século XVI ao século XIX, como a base econômica da colônia portuguesa, enquanto o tráfico internacional de escravos como atividade extremamente lucrativa para o capitalismo mercantil desenvolvido pelos países europeus. No século XIX, o último da escravidão, houve uma mudança no capitalismo mundial e nas relações de trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo industrial baseado nas indústrias manufatureiras de tecido da Inglaterra, mudou a estrutura do mercado internacional e, portanto, a demanda de produtos das colônias. O aumento da demanda de café, estimulante popularizado pela classe operária, e a necessidade de aumento da produtividade nas plantações de café configurou como a segunda escravidão.

Portanto, durante o século XIX houve a combinação entre desenvolvimento capitalista e mão de obra escrava. Enquanto em São Paulo as plantações de café intensificaram a utilização do trabalho escravo, as outras regiões agrárias do país viviam a decadência do patriarcado rural.

Aumentou nesse período a quantidade de negros e negras alforriadas concomitante ao crescimento das zonas urbanas. Mas o aumento da imigração durante o século XIX acirrou a competição no mercado de trabalho em formação e as mulheres negras foram dirigidas aos serviços domésticos, prostituição e aos trabalhos informais, como vendedoras ambulantes.

A miscigenação da população, vista por Gilberto Freyre de forma positiva e facilitadora da dominação e da sociabilidade brasileira, era vista também, por Heleieth Saffioti, como o componente de instabilidade. A massa de mulatos e mulatas denunciavam a estratificação por castas da colônia e conferiam humanidade ao fruto da relação entre o senhor e a escrava.

E é justamente esse elemento híbrido que mantém o foco de tensão nas zonas urbanas e representa a possibilidade de ascensão social dessa nova sociedade de classes que se estabelece com o fim da escravidão e a generalização das relações capitalistas.

Com a abolição da escravidão e a não inserção da população negra no mercado de trabalho incipiente em prol da assimilação da massa de imigrantes, as mulheres negras passaram a ocupar posições cada vez mais marginalizadas na sociedade brasileira. A mulher negra chefe de família, pobre e na periferia das cidades é o que será denominada como o matriarcado da miséria.

Importante salientar, que durante esse período surgiram as principais teorias eugenistas e de embranquecimento da população, nessa visão a existência da população negra era sinônimo de atraso, enquanto o embranquecimento levaria a uma sociedade civilizada e moderna.

É também nesse contexto que surgirão mais políticas de controle sobre os corpos, em uma tentativa de controle sobre a vida, o que Michel Foucault chamou de biopolítica. Ou seja, o exercício por parte do Estado de medidas que visavam o controle dos corpos e, dessa forma, decidiam quais eram os corpos que deveriam viver e como deveriam viver.

Nesse sentido, o que teremos ao longo do século XX é o desenvolvimento da indústria no Brasil sem inclusão da mulher negra nesse setor da economia em expansão, mantendo a divisão sexual do trabalho em que as mulheres desempenhavam as funções ligadas ao lar ou ao setor de serviços.

Após a ditadura militar e o processo de redemocratização testemunhamos mais um período de marginalização da mulher negra, mas dessa vez, com conquistas para as mulheres brancas, demonstrando a discriminação racial sobre as mulheres negras. O lobby do batom e a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes demonstraram as fragilidades do movimento feminista brasileira com relação para as suas pautas raciais.

Como forma de análise da mulher negra no Brasil contemporâneo, nos baseamos na concepção de soberania desenvolvida a partir da ideia de biopolítica, por Achille Mbembe, a necropolítica.

De acordo com o autor, a necropolítica é a política de morte, em que a soberania se exerce em locais classificados como estado de exceção, a sua prática consiste na escolha dos corpos que devem morrer, mais do que um controle sobre a vida dos indivíduos é um controle sobre a morte.

Nessa concepção, os países coloniais, ou seja, os países que tiveram em sua formação a constituição de uma colônia, como os países da América Latina e da África, compõem locais caracterizados como estado de exceção, onde o Estado pode agir com a necropolítica.

À luz da necropolítica, entedemos a exclusão dos corpos negros e, principalmente em um período de pandemia mundial, vemos como essa política age diariamente sobre as mulheres negras. Para isso, utilizamos dados retirados do IPEA e do IBGE em uma tentativa de demonstrar como o patriarcalismo, no contexto escravocrata e capitalista em que se desenvolve no Brasil, deixou uma herança perversa para a população negra com destaque para a mulher negra, vítima dessas discriminações de raça e gênero que marcam seu cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A negação do Brasil. Direção: Joel Zito Araújo. Casa de criação: 2000. 90 min.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PrrR2jgSf9M&t=10s>>. Último

Acesso em: 27/10/2020.

A Redenção de Cam. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.

São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em:

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>>. Acesso em: 29 de Dez. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma história única. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

ALVAREZ, Sonia. Neoliberalismos e as trajetórias dos feminismos latino-americanos.

In: Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014. p.23-29

BORGES, Juliana. Encarceramento em Massa: Pólen Livros, 2019

BRASIL. Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contras-as-mulheres>> Acessado em 12 de dezembro de 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Matriarcado da Miséria. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/>. Último acesso em 02/01/2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: Estudos Avançados 17 (49), 2003. p. 117-132.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Vol I. 5ª edição. Editora Globo. 2008

FERNANDES, Lola. Mães mortas: onde falha o sistema de saúde que negligencia a vida das mulheres negras. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 11 set. 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/racismo-mortalidade-materna/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

FERNANDES, Lola e SILVA, Vitória. 2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBTQ+. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro. 22/12/2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/retrospectiva-2020/>. Acesso em 05/01/2020

FREITAS, Fernando. As negras quitadeiras no Rio de Janeiro do século XIX pré-republicano: modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua. In: Revista Tempos Históricos. v. 20, n. 1 (2016). p. 189-217.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 15ª. ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

GODINHO, Tatau. Feminismo, prática política e luta social. In: O feminismo é uma prática : reflexões com mulheres jovens do PT / organizadores Fernanda Papa e Flavio Jorge. São Paulo : Fundação Friedrich Ebert, 2008. p. 17-23

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: O lugar da mulher negra. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 89-106.

GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Coleção Ensaio Brasileiros Contemporâneos: Problemas de Gênero, Rio de Janeiro, Funarte, 2016. p. 399-416.

GÉLEDES - Instituto da Mulher Negra. Mulher negra. Caderno IV, 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Último acesso em 13/12/2020.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LYRA, Jorge e OLIVEIRA, Suely. Histórias sobre o feminismo brasileiro na esfera do governo: entre articulações e tensões. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 97-117, Dec. 2011. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000200097&lng=en&nrm=iso. access on 06 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/2237-101X012023006>.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 1ª edição. editora São Paulo. 2018

Mulher de turbante. In: Instituto Moreira Salles. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=19480>

NOGUEIRA, Manuela Henrique. **Georgina de Albuquerque**: trabalho, gênero e raça em representação. 2016. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.31.2016.tde-11102016-102905. Acesso em: 2020-12-30.

Número de morte de gestantes com covid-19 tem preocupado especialistas. **Jornal da USP**, São Paulo, 07/08/2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/numero-de-mortes-de-gestantes-com-covid-19-tem-preocupado-os-especialistas/>. Acesso em 12/12/2020.

MÃE Preta. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3242/mae-preta>. Acesso em: 29 de Dez. 2020. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

OLIVEIRA, D. de. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. *Revista Extraprensa*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 39-57, 2018. DOI: 10.11606/extraprensa2018.145010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010>. Acesso em: 6 jan. 2021.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. Alguns aspectos da formação da economia brasileira. *In: A Mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p. 202-229.

SAFFIOTI, Heleieth. Posição social da mulher na ordem escravocrata-senhorial e suas sobrevivências na sociedade atual. *In: A MULHER na sociedade de classes: Mito e realidade*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p. 230-265.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero patriarcado violência. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

SALLES, Ricardo. A segunda escravidão. *Tempo*, Niterói, v. 19, n. 35, p. 249-254, Dec. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042013000200014&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Jan. 2021. <https://doi.org/10.5533/TEM-1980-542X-2013173514>.

QUIJANO, A. ¡Qué tal raza!. *Revista del CESLA*, [S.l.], n. 1, nov. 2000, p. 192-200. ISSN2081-1160. Disponível em: <<http://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/379>>. Último acesso em: 12/12/2020.

SOARES, Cecília M. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, 1996.

